

28º RELATÓRIO DE MONITORAMENTO

PERÍODO AVALIATÓRIO

01 de outubro a 31 de dezembro de 2025

**SUBSECRETARIA DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE (SUPEC) DA SECRETARIA DE ESTADO
DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (SEJUSP)**

SUBSECRETÁRIA DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE

Christiana Dornas Rodrigues

COMISSÃO DE MONITORAMENTO

Gleysiane Freire Diniz – Supervisora do Contrato de Gestão

Renata Lima Ferreira – Supervisora Adjunta do Contrato de Gestão

Camilla Luiza de Alvarenga – Representante da unidade jurídica do OEP

Gabriele Cristina Santana Alves – Representante da unidade financeira do OEP

Fanymar de Assis Luziano – Membro da Comissão de Monitoramento

Cícera Maia – Membro da Comissão de Monitoramento

ASSESSORIA DE GABINETE E DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Anna Carolina Marotta de Oliveira Menezes

SUPERINTENDÊNCIA DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE

Flavia Cristina Silva Mendes

DIRETORIA DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE PARA A JUVENTUDE

Ana Carolina Gonçalves Ferreira

**DIRETORIA DE POLÍTICAS COMUNITÁRIAS E MUNICIPAIS DE PREVENÇÃO SOCIAL À
CRIMINALIDADE**

Cristiane Pereira Gabriel Brum

Celso Nunes de Souza

Maressa de Cássia Gonçalves Aguiar

Vanessa Serva Maciel Golgher

Maria Clara Caldeira Lacerda Di Lorenzo

**DIRETORIA DE ALTERNATIVAS PENAIS E ATENÇÃO ÀS PESSOAS EGRESSAS DO SISTEMA
PRISIONAL**

Paloma de Souza Santos Pereira

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACT – Acordo de Cooperação Técnica
AGI – Assessoria de Gestão da Informação
ANPP – Acordo de Não Persecução Penal
AP – Alternativas Penais
APEC – Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada
CEAPA – Central de Acompanhamento de Alternativas Penais
CEIMPA – Comitê Estadual Interinstitucional de Monitoramento da Política Antimanicomial
CMPC – Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade
CNV – Comunicação Não Violenta
DAL – Diretoria de Alternativas Penais
DAS – Diretoria de Atenção à Saúde do Servidor
DCM – Diretoria de Políticas Comunitárias e Municipais de Prevenção Social à Criminalidade
DEPEN – Departamento Penitenciário de Minas Gerais
DPJU – Diretoria de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade para a Juventude
DPMG – Defensoria Pública de Minas Gerais
DSM – Diretoria de Sistema de Informação
GEPAR – Grupo Especializado de Policiamento em Áreas de Risco
GIE – Grupos de Intervenção Estratégica
GMF – Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional
GT – Grupo de Trabalho
IElo – Instituto Elo
JESP – Juizado Especial Criminal
MPMG - Ministério Público de Minas Gerais
OS – Organização Social
PA – Período Avaliatório
PAPs - Pessoas em Alternativa Penal
PEAP – Projeto de Execução de Alternativa Penal
PMC – Programa Mediação de Conflitos
PP – Pena Pecuniária
PRD – Penas Restritivas de Direito
PrEsp – Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional
PSC – Prestação de Serviços à Comunidade
RGR – Relatório Gerencial de Resultados
RISP – Região Integrada de Segurança Pública
RM – Relatório de Monitoramento
RPGIE – Reuniões Preparatórias do Grupo de Intervenção Estratégica
SEAC – Secretaria de Audiências de Custódia
SEJUSP – Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública
SUPEC – Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade
TJMG – Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
UPC – Unidade de Prevenção à Criminalidade
VEP – Vara de Execuções Penais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS	6
2.1. Detalhamento dos resultados alcançados.....	9
Área Temática 1 – Programa de Mediação de Conflitos	9
Área Temática 2 – Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	17
Área Temática 3 – Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais – CEAPA	22
Área Temática 4 – Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp.....	30
Área Temática 5 – Programa Selo Prevenção Minas.....	38
Área Temática 6 – Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (Apec)	49
Área Temática 7 – Programa Proteja Minas	52
Área Temática 8 – Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	60
Área Temática 9 – Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	64
Área Temática 10 – Gestão da Parceria	64
Área Temática 11 – Monitoramento de Homicídios nas áreas de abrangência de UPCs territoriais.....	64
3. COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS	67
4. RETIFICAÇÕES DO 28º PERÍODO AVALIATÓRIO.....	68
5. DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS.....	73
6.1. Análise das receitas e despesas do período	76
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76

1. INTRODUÇÃO

Este Relatório de Monitoramento (RM) tem como finalidade demonstrar o desenvolvimento das atividades previstas no Contrato de Gestão (CG) nº 002/2019, referentes ao período de 01/10/2025 a 31/12/2025, correspondente ao 28º Período Avaliatório (PA). O objetivo é avaliar os resultados apresentados pelo Instituto Elo (IElo), por meio do Relatório Gerencial de Resultados (RGR) e dos Relatórios Gerenciais Financeiros (RGFs).

Em conformidade com o art. 71 da Lei Estadual nº 23.081/2018 e com o art. 52 do Decreto Estadual nº 47.553/2018, este documento apresenta o comparativo entre as metas pactuadas e os resultados obtidos, acompanhado de informações relevantes sobre a execução, justificativas para eventuais resultados não alcançados e propostas de ação para superação dos desafios identificados. Além disso, contém a demonstração das receitas e despesas executadas no período, com suas respectivas análises.

Para a elaboração deste relatório, a Comissão de Monitoramento contou com contribuições dos servidores da Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade (Supec), em especial das diretorias e coordenações dos programas, responsáveis por fornecer informações qualificadas e orientar a execução do objeto do Contrato de Gestão nº 002/2019.

Ressalta-se que a Comissão de Monitoramento não possui gerência sobre as metodologias dos programas nem sobre as diretrizes emanadas pelas diretorias que compõem a Supec. Por essa razão, é imprescindível que todas as diretorias realizem a análise de seus respectivos programas e apresentem suas avaliações no presente documento.

O 28º período avaliatório apresentou desempenho positivo, com o cumprimento total ou parcial da maioria dos indicadores. O trimestre foi marcado por entregas relevantes que mobilizaram equipes da Supec e do Instituto Elo, tais como: a entrega dos indicadores de resultado dos Programas PrEsp, Fica Vivo!, PMC, Proteja Minas, Selo Prevenção e APEC; a continuidade da execução do Projeto “É na Base”, no âmbito dos Programas Fica Vivo!, PrEsp e CEAPA; a entrega da Revista Entremeios, edição comemorativa aos 20 anos do Programa Mediação de Conflitos; a formatura de 57 atendidos do Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp), oriundos de diferentes municípios, no curso de formação de eletricista predial ofertado pelo Projeto Alvorada; a realização do Projeto Beleza em Cena – 1º Desfile de Cabelo e Maquiagem, das oficinas dos Programas Fica Vivo!, e Programa Mediação de Conflitos (PMC); e a entrega do Diagnóstico de Implantação de Unidade de Prevenção à Criminalidade (UPC) de abrangência regional – 4ª Região Integrada de Segurança Pública (RISP), em atendimento à implantação do Programa Selo Prevenção Minas, no município de Ubá.

Importante destacar, também, o processo de descentralização da Central de Acompanhamento de Alternativas Penais (CEAPA) em Belo Horizonte, que apresentou avanços significativos com a definição de dois imóveis, localizados nas regionais Pampulha e Venda Nova, os quais passaram por adequações estruturais para acolher as equipes e viabilizar o início das operações com sistema informatizado. Assim, o período foi caracterizado por intenso trabalho conjunto entre os atores envolvidos, visando assegurar a confiabilidade e a integridade das informações apresentadas.

2. COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

QUADRO 1 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					28º Período Avaliatório Out/2025 a Dez/2025	
1		1.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	5	• 73.962 •	• 81.523 •
		1.2	Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	5	• 2.534 •	• 2.930 •
		1.3	Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	4	• 15.030 •	• 15.835 •
2		2.1	Média mensal de encontros de Oficinas executados por meio do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	• 3.133 •	• 3.447 •
		2.2	Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	• 9.792 •	• 9.667 •
		2.3	Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	• 121.730 •	• 137.279 •
		2.4	Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	• 676 •	• 685 •
3		3.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	5	• 92.886 •	• 98.725 •
		3.2	Percentual de alternativas penais cumpridas no período avaliatório, conforme determinação judicial	5	• 75% •	• 77% •

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					28º Período Avaliatório Out/2025 a Dez/2025	
		3.3	Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	4	• 6.636 •	• 6.159 •
		3.4	Percentual de alternativas penais ativas aguardando encaminhamento no período avaliatório	3	• 12% •	• 18% •
4		4.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PrEsp	5	• 25.284 •	• 25.157 •
		4.2	Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PrEsp por período avaliatório	5	• 80% •	• 87% •
		4.3	Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	4	• 2.800 •	• 3.011 •
5		5.1	Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas	5	• 1.015 •	• 932 •
		5.2	Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas	5	• 2.270 •	• 2.482 •
		5.3	Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de mobilização social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas	4	• 970 •	• 1.461 •
6	Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (Apec)	6.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Serviço Apec	5	• 13.455 •	• 15.391 •
		6.2	Número acumulado de ações do Serviço Apec junto às redes de apoio	3	• 3.216 •	• 4.109 •

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					28º Período Avaliatório Out/2025 a Dez/2025	
7		7.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Prevenção à Violência contra a Mulher	4	● 917 ●	● 1.551 ●
8	Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	8.1	Número de acumulado de supervisões da Prevenção realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	2	● 98 ●	● 157 ●
		8.2	Número acumulado de capacitações realizadas pela Supervisão da Prevenção	2	● 15 ●	● 48 ●
		8.3	Taxa de Rotatividade de pessoal (Turnover)	2	● 2,50% ●	● 1,87% ●
9	Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	9.1	Número de Relatórios Analíticos das UPCs de base territorial por período avaliatório	1	● 35 ●	● 33 ●
10	Gestão da Parceria	10.1	Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	1	● 100% ●	● ●
		10.2	Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	1	● 100% ●	● ●
11	Monitoramento de Homicídios nas áreas de abrangência de UPCs territoriais	11.1	Taxa de homicídios consumados ocorridos nas áreas de abrangência dos Programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos	2	● 22 ●	● 23,67 ●

2.1. Detalhamento dos resultados alcançados

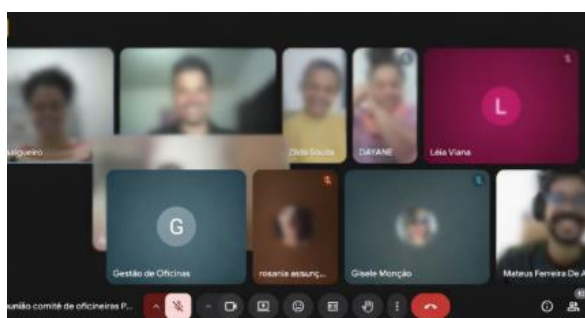
Área Temática 1 – Programa de Mediação de Conflitos

A Diretoria de Políticas Comunitárias e Municipais de Prevenção Social à Criminalidade (DCM) registra concordância com a Organização Social (OS) quanto ao alcance dos indicadores pactuados no âmbito do 28º Período Avaliatório (PA).

No contexto da execução do Programa Mediação de Conflitos (PMC), as oficinas permanecem como um dos principais dispositivos operacionais da política, com impacto direto na atuação territorial e no alcance das metas pactuadas. Ao final do 28º PA, o Programa contabilizou 63 oficinas ativas e 7 inativas, em um teto de 70 oficinas. Esse cenário indica a necessidade de atenção permanente à dinâmica de implantação e manutenção das oficinas do PMC, reforçando a importância de um acompanhamento técnico contínuo por parte da OS, voltado tanto à ampliação quanto à qualificação das ações desenvolvidas, de modo a assegurar a aderência aos objetivos da política pública e a efetividade das intervenções nos territórios atendidos.

No 28º PA, o Comitê de Oficinas reafirma-se como instância relevante para o acompanhamento da execução das oficinas, inserindo-se em um processo de funcionamento continuado ao longo do ano. Durante 2025, foram realizados 05 (cinco) encontros do Comitê, os quais contribuíram para o aprofundamento das discussões sobre a prática das oficinas, a análise das condições de execução nos territórios e o alinhamento técnico entre os diferentes atores envolvidos.

Logo, a DCM avalia positivamente a manutenção do Comitê enquanto espaço regular de diálogo e escuta qualificada, ressaltando, contudo, a importância de avançar na sistematização, no encaminhamento e no retorno das pautas discutidas. Nesse sentido, recomenda-se que as contribuições oriundas do Comitê sejam tratadas como insumos estratégicos para o aprimoramento da execução, preservando seu caráter político-pedagógico e evitando a fragilização do espaço enquanto instância efetiva de participação e qualificação da política pública.



Reunião Comitê de Oficinas – 21/10/2025



Reunião Comitê de Oficinas – 09/12/2025

Ainda no âmbito das oficinas, ressalta-se que, no dia 30 de outubro, a SUPEC promoveu o Desfile de Beleza, denominado *“Beleza em Cena – corpos, cabelos e identidades”*, envolvendo oficinas e oficinairos dos programas Mediação de Conflitos e Fica Vivo, assim como participantes das oficinas. A DCM avalia que a iniciativa constituiu um importante espaço de articulação comunitária e valorização dos participantes, contribuindo para o engajamento de mulheres e jovens, fortalecendo vínculos e promovendo o reconhecimento social do trabalho desenvolvido nas oficinas, além de ampliar a visibilidade das ações dos programas nos territórios atendidos.



Desfile Beleza em Cena – corpos, cabelos e identidades - Programas Mediação de Conflitos e Fica Vivo 30/10/2025

Conforme reiterado ao longo dos Relatórios de Monitoramento, a dinâmica criminal nos territórios de atuação do Programa, com especial atenção aos indicadores de homicídios, é o eixo central de preocupação da SUPEC. Ainda que se observe redução percentual em relação ao contexto do ano anterior, o cenário territorial segue demandando a qualificação permanente das estratégias de intervenção, sustentadas por análises consistentes e contextualizadas da realidade local. A análise mais detalhada desses elementos será apresentada de forma específica no âmbito do Indicador 11.1.

Nesse sentido, a DCM reforça o fortalecimento do uso do instrumento de monitoramento e análise da dinâmica dos territórios como suporte à leitura qualificada da realidade local e ao planejamento das ações do PMC. A utilização continuada desse instrumento visa contribuir para a tomada de decisões mais fundamentadas em evidências, ampliando a capacidade de resposta das equipes e potencializando o impacto das ações de prevenção social às violências.

Ademais, ainda que a OS indique que o instrumento de monitoramento e análise da dinâmica territorial contribui para a organização e a análise das informações relativas à dinâmica territorial (RGR, p.11), a DCM avalia que **a apresentação dos desdobramentos dessa leitura permanece incipiente**, especialmente no que se refere à explicitação de como as análises realizadas têm orientado ajustes, redirecionamentos ou aprofundamentos das ações desenvolvidas nos territórios. **Recomenda-se que a OS apresente**, nos próximos Relatórios Gerenciais de Resultados, de forma mais sistematizada e analítica, **os desdobramentos do uso do instrumento de monitoramento e análise da dinâmica territorial**, explicitando de que maneira as leituras produzidas têm orientado o planejamento, os ajustes operacionais e os redirecionamentos das ações no âmbito do PMC.

No período em análise, registra-se também, a ampliação da presença territorial da política de prevenção social à criminalidade no Estado com a chegada das equipes do PMC nas Unidades de Prevenção a Criminalidade (UPC) Manoel Pimenta, no município de Teófilo Otoni, e de São Raimundo, em Governador Valadares. Nesse contexto, o PMC, bem como o Programa Fica Vivo, inserem-se como componentes estruturantes desse processo de expansão, contribuindo para a interiorização da política e para o atendimento a novos municípios e territórios, em consonância com as diretrizes estaduais de prevenção social à criminalidade e com a leitura qualificada das dinâmicas territoriais.

Considerando o caráter recente da implantação dessas unidades, a DCM ressalta a importância de que a OS assegure processos de inserção territorial gradativa e qualificada, com especial atenção à construção de vínculos comunitários, à leitura aprofundada das dinâmicas locais e à articulação com a rede territorial, de modo a favorecer a consolidação das ações e a aderência do Programa às especificidades dos territórios atendidos.

A partir do próximo período avaliatório, será incorporado aos indicadores pactuados um novo indicador de resultado, destinado à mensuração da efetividade das intervenções do PMC na mitigação de conflitos e violências identificadas nos atendimentos individuais. A incorporação desse indicador amplia a capacidade de avaliação dos impactos do Programa, especialmente no que se refere à qualificação das respostas oferecidas aos casos acompanhados.

Nesse contexto, a DCM ressalta necessidade de que a análise conduzida pela OS considere, além dos resultados quantitativos, os processos da intervenção, os contextos territoriais e os limites metodológicos, assegurando avaliação compatível com a complexidade das dinâmicas de violência nos territórios.

Da mesma forma, ressalta-se o encerramento das comissões referentes ao ano de 2025, destacando os produtos entregues no período. No âmbito da Comissão de Comunicação, foi concluída a Revista Entremeios, edição comemorativa dos 20 anos do Programa Mediação de Conflitos, com lançamento realizado em 18/12/2025. A publicação reúne produções de profissionais do PMC de diferentes territórios do estado, bem como registros das percepções da comunidade acerca da atuação do Programa.

No que se refere à Comissão Metodológica, ao longo de 2025 foram realizadas discussões sistemáticas que culminaram na reformulação das definições conceituais e operacionais relacionadas à organização comunitária, ao atendimento coletivo e aos projetos desenvolvidos no âmbito do PMC. As revisões realizadas contribuem para maior alinhamento técnico e para a qualificação das práticas construídas pelas equipes nos territórios.



Lançamento Revista Entremeios –18/12/2025
Comissão de Comunicação



Reformulação conceitual Práticas de Atendimentos – 18/12/25
Comissão metodológica

Para o ano de 2026, a proposta é a manutenção e o fortalecimento desses espaços, reconhecendo as comissões como instâncias político-institucionais estratégicas para a sustentação, o aprofundamento e a qualificação contínua das diretrizes do PMC. Nessa perspectiva, as comissões reafirmam-se como espaços de construção coletiva, reflexão crítica e alinhamento institucional, fundamentais para o fortalecimento do Programa enquanto política pública de prevenção social às violências.

Indicador 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos		
Meta	Resultado	Desempenho
73.962	81.523	110,22%

No que se refere ao Indicador 1.1, a DCM corrobora os dados apresentados pela OS, conforme registrado no RGR (p. 9), que apontam a realização de 81.523 atendimentos no último trimestre de 2025, correspondentes a 110% da meta pactuada para o período, após o processo de recalibragem decorrente da assinatura do Termo Aditivo 2025/2026.

A OS, ao destacar as especificidades do período, como a intensificação das atividades comunitárias, o recesso escolar, as festividades de fim de ano e o recrudescimento de determinadas dinâmicas criminais nos territórios, indica a necessidade de compreender o crescimento do número de atendimentos à luz da intensificação das demandas territoriais. Nesse sentido, aponta-se a importância de avançar na qualificação da leitura do indicador, incorporando análises que considerem não apenas o volume de atendimentos realizados, mas também a natureza das demandas e a complexidade dos casos acompanhados, de modo a assegurar alinhamento com os objetivos estratégicos do Programa.

Conforme análise sobre a distribuição dos atendimentos entre as diferentes frentes de atuação, observa-se que a OS reconhece a persistência de fragilidades no crescimento dos atendimentos coletivos, apesar das estratégias adotadas ao longo dos últimos períodos avaliatórios. A recorrência desse cenário, mesmo que com avanços pontuais, indica a necessidade de aprofundar a análise sobre os fatores que têm dificultado a consolidação dessas frentes, especialmente considerando seu papel estratégico no fortalecimento das ações preventivas e comunitárias do Programa.

Nesse contexto, **a DCM sinaliza o PMC Serra como ponto de atenção**, uma vez que, ao longo do ano, foram observados avanços limitados na ampliação e consolidação das frentes de atendimentos coletivos. Tal aspecto demanda acompanhamento mais sistemático, com vistas à identificação de entraves específicos do território e ao fortalecimento das estratégias em construção e em desenvolvimento.

Destaca-se, igualmente, o **PMC Pedreira Prado Lopes**, considerando as limitações observadas na diversificação das frentes de atendimento e na capilarização das práticas desenvolvidas pelo Programa. No trimestre analisado, o território registrou baixo quantitativo de atendimentos individuais, totalizando 25, não havendo registros de atendimentos coletivos no período.

Verifica-se, ainda, um intervalo significativo na execução de projetos de prevenção, com retomada apenas no mês de dezembro, em decorrência da ação comemorativa dos 20 anos do Programa Mediação de Conflitos, após a realização do Projeto Institucional É na Base, no mês de março. Diante desse cenário, a DCM reforça a importância de intensificar os investimentos técnicos e estratégicos no território, de modo a ampliar a presença do Programa, fortalecer sua capilaridade e potencializar a capacidade de intervenção sobre os fenômenos de violência.

Em contraponto, destaca-se a experiência desenvolvida pelos PMCs Nova Contagem, Estrela Dalva e Ressaca, que promoveram o 1º Fórum de Referências Comunitárias sobre Segurança Pública Comunitária. A iniciativa resultou de encontros prévios com moradores desses diferentes territórios e teve como objetivo valorizar as construções coletivas, fortalecer o diálogo territorial e aprofundar a discussão sobre o conceito de segurança cidadã, evidenciando o potencial das ações comunitárias na qualificação das estratégias de prevenção social às violências.



1º Fórum de Referências Comunitárias sobre Segurança Pública Comunitária - PMC Contagem – 29/10/2025

De acordo com o que foi descrito pela OS no RGR (p. 9), o compromisso contínuo das equipes e a intensificação da atuação dos Supervisores de Prevenção, cujas iniciativas representam esforços relevantes para a qualificação das práticas de atendimento. Contudo, ressalta-se a importância de que tais estratégias sejam acompanhadas por análises mais consistentes acerca de seus efeitos concretos na reconfiguração dos atendimentos realizados, de modo a subsidiar ajustes na condução das ações, orientar decisões de gestão e contribuir para maior equilíbrio e intencionalidade entre as diferentes frentes de atuação do Programa.

Ademais, a DCM destaca que, embora tenham sido apresentados resultados quantitativos positivos em algumas modalidades, especialmente em Projetos de Prevenção (RGR, p. 9), persiste a necessidade de um investimento mais consistente e direcionado nas demais frentes de atuação. Nesse sentido, observa-se que 04 (quatro) equipes não desenvolveram ações na frente de Projetos de Prevenção à Violência no período analisado, a saber: Jardim Teresópolis, Nova Contagem, Palmital e PTB, sendo que esta última realizou ação

nessa frente apenas no mês de março. Tal cenário evidencia lacunas relevantes em uma frente estratégica para o alcance dos objetivos do Programa, demandando acompanhamento mais sistemático e direcionamento técnico específico.

Adicionalmente, registra-se que, do total de 35 UPCs de base territorial, 33 foram consideradas para a análise do presente indicador, tendo em vista que duas se encontram em fase inicial de implantação. Dentre as unidades analisadas, 21 não executaram nenhum atendimento em casos coletivos no período avaliado, o que corresponde a, aproximadamente, 63,6% das equipes. Tal percentual representa aumento expressivo em relação ao 27º PA, no qual foi identificado pela DCM o índice de 42% de não execução nessa frente, reforçando a necessidade de aprofundar a análise desse cenário e de fortalecer, de forma mais sistemática e intencional, as estratégias voltadas à consolidação dos atendimentos coletivos.

Da mesma forma, a DCM avalia que **persistem fragilidades na correta identificação e classificação das intervenções realizadas pelas equipes nos territórios**, especialmente no que se refere à nomeação das ações em conformidade com as frentes metodológicas do Programa. Trata-se de um aspecto amplamente debatido e objeto de processos de qualificação ao longo de todo o ano de 2025, inclusive no âmbito da Comissão Metodológica, mas que segue demandando atenção permanente.

Tal situação é exemplificada por ação desenvolvida pelo PMC Palmital, no Campo do Romário, que foi registrada pela equipe como “Organização Comunitária”, ainda que à luz dos critérios metodológicos do Programa ela apresentasse características compatíveis com a frente de Projetos de Prevenção à Violência. Segundo leitura qualificada junto aos moradores, o local é identificado como área marcada pela intensificação do tráfico de drogas, pelo envolvimento de adolescentes e jovens em situações de exploração sexual, bem como por outros relatos recorrentes de violência.

A ação *Mostra de Oficinas* visou à inserção territorial do Programa por meio da aproximação institucional com a comunidade, do fortalecimento de vínculos e da apresentação de sua atuação em contexto de alta vulnerabilidade social e criminal, sendo reconhecida como estratégia com potencial relevante para a prevenção de violências e para o desenvolvimento de ações continuadas de acompanhamento e articulação comunitária. Dessa maneira, a correta classificação desse tipo de ação é essencial não só para fins de registro e monitoramento, mas também para garantir a visibilidade institucional das estratégias preventivas e qualificar a análise dos resultados do Programa nos territórios.



Ação “Mostra de Oficinas” no Campo do Romário - PMC Palmital – 25/10/2025

Importa frisar que a definição da periodicidade trimestral de entrega desse instrumental cria condições institucionais para um acompanhamento mais contínuo e estruturado por parte da gestão pública, favorecendo leituras comparativas ao longo dos períodos avaliatórios e maior articulação entre análise territorial, planejamento das ações e avaliação de resultados. Contudo, no que se refere ao presente PA, a DCM observa a **ausência, no RGR, de uma apresentação mais sistematizada sobre a utilização do Instrumental de Análise das Dinâmicas Territoriais**, especialmente no que diz respeito aos desafios identificados em sua aplicação, aos impactos na reorganização das práticas das equipes, bem como às

reverberações dessas leituras na orientação das estratégias de intervenção e na resposta institucional às dinâmicas territoriais identificadas.

No que se refere à experiência desenvolvida pelo PMC Bom Jardim/Esperança (RGR, p. 11), reconhece-se a pertinência da iniciativa descrita pela OS, entretanto, observa-se que a abordagem apresentada permanece predominantemente descritiva, centrando-se na caracterização da ação, nos dados de execução e nas parcerias estabelecidas, sem avançar para uma análise mais aprofundada sobre as repercussões da intervenção no território no período avaliado. Aspectos como os efeitos iniciais da estratégia itinerante na vinculação com os moradores, na ampliação do acesso e na incidência sobre as dinâmicas locais de violência não são explorados de forma analítica no relatório.

Além disso, a OS prevê a continuidade da ação com encontros mensais a partir de dezembro de 2025, mas, considerando que a ação já se insere no PA em análise, aponta-se a necessidade de se ter conferido maior foco na avaliação do que já foi implementado e de seus efeitos iniciais no território, articulando-os às projeções futuras.

Destaca-se, também, a ação desenvolvida pelo **PMC Estrela Dalva**, construída a partir de demanda comunitária relacionada à necessidade de ocupação e ressignificação do único espaço público de lazer existente na Vila. A paralisação de obras públicas no local vinha favorecendo, segundo relatos dos moradores, a apropriação do espaço por práticas criminosas, configurando-se como fator de vulnerabilidade territorial.

Diante desse cenário, o PMC promoveu uma estratégia de ocupação comunitária por meio da realização de uma sessão de cinema, utilizando o espaço como dispositivo de aproximação institucional, convivência comunitária e mobilização social. A escolha do filme “Medida Protetiva” possibilitou a condução de diálogos sobre racismo estrutural, união comunitária e aquilombamento enquanto formas coletivas de resistência, articulando a intervenção cultural à leitura qualificada das dinâmicas sociais presentes no território.



Sessão Cinema – PMC Estrela Dalva – 22/10/2025

Por fim, no que se refere ao perfil das demandas atendidas no último trimestre, a DCM reconhece a relevância dos dados apresentados pela Organização Social (RGR, p. 11), especialmente no que diz respeito ao aumento das solicitações relacionadas a situações de violência, bem como à recorrência de demandas vinculadas a conflitos intrafamiliares e a questões de pensão alimentícia. Ao mesmo tempo, **reafirma-se a importância de que os RGRs avancem progressivamente na análise dos efeitos das ações desenvolvidas**, articulando os dados de execução às transformações observáveis nos contextos atendidos, de modo a qualificar a leitura sobre a efetividade das intervenções realizadas.

Indicador 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos		
Meta	Resultado	Desempenho
2.534	2.930	115,63%

O Indicador 1.2 apresentou desempenho acima da meta pactuada, alcançando resultado aproximadamente 15% superior ao pactuado, ainda que se observe leve retração em relação ao 27º PA. A análise apresentada pela OS aponta para a manutenção de um patamar elevado de atendimentos ao longo do ano, o que permite uma leitura positiva quanto à capacidade do Programa Mediação de Conflitos de sustentar seus resultados em uma perspectiva longitudinal. Nesse sentido, corrobora-se a justificativa apresentada, reconhecendo a consistência do desempenho global do indicador.

Valida-se, da mesma forma, a avaliação de que o alcance do Indicador 1.2 está diretamente associado à consolidação das metodologias de trabalho do PMC, especialmente à articulação entre atendimento direto, ações coletivas e mobilização comunitária. Contudo, destaca-se que esse processo de consolidação não ocorre de forma homogênea entre as equipes, o que evidencia a **necessidade de construção de planos de trabalho específicos para aquelas que ainda não apresentam estabilidade nos vínculos comunitários**.

A experiência acumulada pelo Programa demonstra que, quanto maior é a vinculação do PMC com o território, maior tende a ser a adesão da população às intervenções propostas, aspecto central para o alcance deste indicador. Nessa perspectiva, ressalta-se que o Indicador 1.2 não mensura apenas volume de atendimentos, mas expressa, sobretudo, a capilaridade do Programa e a sua capacidade de alcançar o público final nos territórios de atuação.

Embora o resultado global seja satisfatório, cabe salientar a **distribuição desigual do alcance do indicador entre as equipes**, sobretudo no que se refere às dificuldades apresentadas pelas UPCs Santa Lúcia, Taquaril e Vila Pinho. Registra-se, de forma mais crítica, que **a UPC Vila Pinho não atingiu o indicador em nenhum dos períodos avaliados ao longo de 2025**, o que demanda uma análise mais aprofundada e a adoção de estratégias específicas de acompanhamento e intervenção.

Os territórios atendidos pelo PMC estão inseridos em contextos complexos, atravessados por episódios de violência letal, reconfigurações do controle territorial, fragilização de redes comunitárias e mudanças no perfil das demandas locais, conforme descrito pela OS. Entretanto, entende-se que tais fatores, embora relevantes, não explicam de forma isolada a persistência de baixos resultados em determinadas unidades, especialmente quando comparadas a outras UPCs que, mesmo submetidas a contextos adversos, conseguiram manter desempenho satisfatório no indicador ao longo do ano.

Dessa forma, a análise do Indicador 1.2 deve considerar não apenas o número de pessoas atendidas, mas também a capacidade das equipes de se inserirem, se legitimarem e se manterem presentes nos territórios, bem como a efetividade do planejamento das ações e do suporte técnico-metodológico ofertado. A manutenção da predominância dos atendimentos em práticas coletivas (projetos, ações de organização comunitária e casos coletivos) reforça a importância de assegurar intencionalidade, qualidade e coerência metodológica das ações, especialmente nos territórios com maior dificuldade de alcance.

Indicador 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social		
Meta	Resultado	Desempenho
15.030	15.835	105,36%

O Indicador 1.3 apresentou alcance da meta, com superação aproximada de 5%, mantendo a tendência observada ao longo dos demais períodos do ano de 2025. A DCM corrobora com a análise

apresentada pela OS quanto ao reconhecimento do Programa como ator consolidado nos arranjos intersetoriais dos territórios, bem como quanto à relevância das ações de rede para a institucionalização do PMC como referência na gestão compartilhada de situações complexas.

Concorda-se, também, com a leitura de que a estabilidade no número de ações junto às redes de proteção social reflete o fortalecimento da presença institucional do Programa nos territórios. Contudo, **é necessário qualificar a análise do indicador a partir da distribuição das ações entre os quatro eixos que o compõem, aspecto não explorado de forma sistemática pela OS nesse período**, mas central para a compreensão dos efeitos concretos dessas articulações na vida dos usuários e na dinâmica territorial.

Nesse sentido, a distribuição das ações de rede no período indica concentração significativa no eixo de construção de fluxos e alinhamentos institucionais, que representou 50% do total das ações realizadas, seguida por encaminhamentos à rede parceira (22%), discussões de casos (20%) e participação em comitês, seminários e espaços temáticos (8%). Tal configuração aponta para uma atuação fortemente orientada à organização e pactuação institucional das redes, o que, embora relevante, demanda acompanhamento mais atento quanto à sua efetividade prática.

É importante compreender em que medida o elevado volume de ações voltadas à construção de fluxos e alinhamentos institucionais tem se traduzido em melhorias concretas no acesso do público aos serviços, especialmente no que se refere à redução da peregrinação entre equipamentos, à maior clareza dos papéis institucionais e ao fortalecimento da corresponsabilização da rede. A centralidade desse eixo exige que se avalie se os fluxos pactuados estão sendo efetivamente operacionalizados no cotidiano dos serviços e se têm contribuído para a qualificação dos encaminhamentos e das respostas ofertadas às demandas dos territórios.

Outrossim, a menor incidência de ações vinculadas à participação em comitês, seminários e espaços temáticos, ainda que compreensível em determinados contextos, merece reflexão no planejamento das equipes, considerando o potencial estratégico desses espaços para a incidência política, a visibilização do Programa e o alinhamento do PMC a agendas transversais relevantes nos municípios e territórios de atuação.

Assinala-se que, apesar do atingimento da meta global, há equipes que apresentaram dificuldades significativas no alcance da meta individual aplicada. São exemplos as UPCs Cabana, que não atingiu o indicador nem no 27º nem no 28º PA, e Santa Lúcia, que apresentou dificuldades recorrentes ao longo de todo o ano. Soma-se a esse cenário a situação das UPCs Estrela Dalva, Ressaca e Nova Contagem, que embora tenham se destacado nesse período pela construção de ações territoriais, apresentaram oscilações relevantes no desempenho deste indicador ao longo do trimestre.

Ressalta-se que as referidas UPCs estão localizadas no mesmo município, Contagem, o que aponta para a **necessidade de problematizar se os desafios observados decorrem exclusivamente de questões internas às equipes ou se estão relacionados a dinâmicas específicas da rede municipal**, tais como fragilidades na oferta de serviços, reconfigurações institucionais, dificuldades de articulação intersetorial ou outros fenômenos de ordem estrutural. Essa análise é fundamental para orientar estratégias de incidência institucional em nível municipal, orientar processos de repactuação e articulação e para evitar leituras que responsabilizem isoladamente as equipes.

Por fim, é sabido que processos de transição e recomposição de equipes, como o relatado pela OS no caso da UPC Estrela Dalva, impactam diretamente as articulações em rede, exigindo, em determinados momentos, priorização da vinculação comunitária. Ainda assim, avalia-se como **necessário acompanhar de forma mais sistemática os efeitos dessas escolhas no médio prazo**, garantindo que o fortalecimento dos vínculos territoriais se traduza, posteriormente, na retomada e qualificação das articulações com a rede.

Área Temática 2 – Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

O 28º Relatório Gerencial de Resultados evidencia, de forma geral, manutenção da capacidade operacional e metodológica do Programa Fica Vivo!, mesmo diante do agravamento da dinâmica das violências e da intensificação da atuação de organizações criminosas em diversos territórios ao longo do quarto trimestre de 2025. Tal como já apontado no 27º Relatório de Monitoramento, observa-se que o período foi marcado por maior complexidade territorial, restrições de circulação, riscos operacionais e impactos diretos sobre a execução das ações preventivas, especialmente aquelas dependentes de presença continuada em espaços comunitários.

O desempenho agregado do Programa neste período avaliatório demonstra coerência com o padrão já identificado no período anterior, com superação das metas dos Indicadores 2.1, 2.3 e 2.4 e leve insuficiência no Indicador 2.2. O alcance de 110% da meta do Indicador 2.1, 113% no Indicador 2.3 e 101,3% no Indicador 2.4 reafirma a robustez da metodologia territorial, a capacidade de adaptação das equipes técnicas e o compromisso institucional com a execução das ações, mesmo em cenários adversos.

Tal como já problematizado pela Diretoria de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade para a Juventude (DPJU) no 27º RM, o desempenho satisfatório de indicadores de volume e esforço institucional não deve ocultar desigualdades territoriais internas, nem substituir a análise qualitativa das condições de execução. O 28º RGR avança ao explicitar essas heterogeneidades, reconhecendo unidades consolidadas e territórios em situação crítica, o que favorece a leitura gerencial e estratégica do Programa.



Projeto Festival Esportivo - UPC Jardim Felicidade



Projeto Festival Esportivo - UPC Jardim Leblon



Projeto Festival Esportivo - UPC Carapina

Destaca-se que neste período avaliatório, manteve-se o processo de Revisão do Marco Lógico do Programa Fica Vivo! junto à Fundação João Pinheiro e de Revisão do “Guia de Orientações para a Execução do Trabalho” junto ao Grupo de Trabalho (GT) de Revisão Metodológica, bem como foi intensificado o processo de construção do Sistema Vida junto à Diretoria de Sistema de Informação (DSM/SEJUSP).

Durante este ciclo avaliatório, também foi elaborado o novo indicador de resultado do Programa Fica Vivo e iniciado a revisão da planilha de cadastro para subsidiar a qualificação da coleta de informações para o indicador no próximo período.

Reitera-se a execução do projeto institucional *Beleza em Cena: Corpos, Cabelos e Identidades*, integrando oficinas da área da beleza, estética e cuidados pessoais dos programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos. A iniciativa teve como objetivo dar visibilidade às ações desenvolvidas, evidenciando o potencial transformador das oficinas enquanto estratégias de reconstrução, resistência e prevenção da violência. O evento contou com a participação de 27 oficinas do Fica Vivo e PMC de Belo Horizonte e Região Metropolitana, incluindo desfile e premiação nas categorias tranças, cortes de cabelo e maquiagem.

O Projeto “Prevenção é na Base”, aplicado ao contexto do Programa Fica Vivo, teve como foco adolescentes e jovens em situação ou risco de violência de gênero. As intervenções, ocorreram durante a campanha “21 Dias de Ativismo pelo Fim da violência Contra as Mulher”, entre os dias 20 de novembro a 10 de dezembro, em escolas parceiras, com o objetivo de promover a reflexão sobre a temática e oferecer ferramentas para identificação e denúncia de casos de violência. A DPJU informa que a experiência foi apresentada no Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com destaque para a Política de Prevenção em um ambiente de referência na área da Segurança Pública.

Outra ação de destaque foi a realização de treinamento prático, por meio de jogos corporativos, voltado ao aprimoramento de conhecimentos e habilidades de cerca de 30 oficineiros de Belo Horizonte e Região Metropolitana, vinculados aos programas Fica Vivo e Mediação de Conflitos. A capacitação teve como foco a mediação e resolução pacífica de conflitos, a gestão de crises, a visão estratégica e o alinhamento de objetivos para a execução de oficinas voltadas à prevenção social da criminalidade, sendo direcionada aos integrantes do Comitê Gestor. A Diretoria avalia a iniciativa como reconhecimento e investimento no grupo que tem contribuído para o fortalecimento do Programa Fica Vivo! e para a Política de Prevenção Social à Criminalidade.

As Conferências de Juventude configuram-se como espaços estratégicos para o fortalecimento da pauta da juventude e para a articulação intersetorial da rede de atendimento. Nesse contexto, a DPJU, em apoio à gestão e às equipes das UPCs de Betim, participou da agenda “Reunião da Juventude” junto à Superintendência de Juventude da Prefeitura Municipal de Betim, com o objetivo de fortalecer os diálogos do GT sobre Juventudes e contribuir para o debate da 5ª Conferência Municipal de Juventude de Betim. A participação do Programa Fica Vivo! reafirma o compromisso com a construção coletiva de propostas alinhadas às demandas da juventude periférica, contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas e para o engajamento social em prol de uma cidade mais inclusiva e participativa.



Projeto: Beleza em Cena



Projeto É na base! Realização pela UPC Morumbi



Alinhamento com o Superintendente de Juventudes de Betim, Fernando Ganso, para articulação da participação dos Jovens do Fica Vivo! na pré conferência do Fórum das Juventudes



Participação dos adolescentes e jovens do Fica Vivo! Citrolândia na Pré Conferência do Fórum das Juventudes

Indicador 2.1: Média mensal de encontros de Oficinas executados por meio do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
3.133	3.447	110,02%

O 28 RGR apresenta análises territoriais detalhadas, permitindo ao Estado identificar boas práticas, experiências consolidadas e situações de fragilidade estrutural, em consonância com a lógica de monitoramento adotada por esta DPJU no 27º RM. As UPCs Cabana, Nova Contagem e Serra são destaques pelo bom desempenho e se consolidam como referências, evidenciando estabilidade de oficineiros,

acompanhamento técnico contínuo e apropriação metodológica consistente. Essas unidades reforçam que a regularidade das oficinas e a centralidade do vínculo são fatores determinantes para o alcance dos indicadores.

Em razão de sua recente implantação, a UPC Estrela D'Alva apresenta desempenho compatível com seu estágio de maturação, evidenciando condução estratégica prudente, leitura territorial qualificada e potencial de expansão progressiva. Por outro lado, as UPCs Jardim das Alterosas e Carapina, em situação crítica, reiteram fragilidades já sinalizadas no 27º RM, relacionadas à ausência de oficinas ativas, ao desligamento de oficineiros e às dificuldades de captação. O 28º RGR reconhece essas limitações e aponta encaminhamentos, aos quais a DPJU, em concordância, reforça a necessidade de elaboração de planos de ação territorializados, com definição de prazos, responsabilidades, acompanhamento sistemático e registros do progresso no próximo RGR. Com isto, **espera-se a manutenção da alta performance e da qualidade dos encontros, assegurando o engajamento do público no próximo período avaliatório.**

Indicador 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
9.792	9.667	98,72%

Com alcance de 98% da meta, a média mensal de jovens participantes nas oficinas, mantém-se como principal ponto de atenção. O 28º RGR demonstra esforço analítico ao contextualizar o resultado a partir de fatores territoriais concretos, como conflitos armados, reconfiguração criminal, restrições de circulação e encerramento de oficinas, evitando leituras simplificadoras ou exclusivamente quantitativas.

Destaca-se positivamente a explicitação das estratégias adotadas para mitigação dos impactos, tais como: dilação de prazos para reposição de oficinas; readequação de espaços com base em leitura territorial qualificada; fortalecimento do monitoramento dos espaços de oficinas; realização de festivais esportivos e atividades coletivas ampliadas como estratégia de mobilização e vínculo. **Essas estratégias dialogam diretamente com as recomendações da DPJU**, mencionadas no 27º RM, especialmente no que se refere à necessidade de flexibilização operacional sem descaracterização metodológica do Programa.

Ainda assim, o 28º RGR confirma que o Indicador 2.2 permanece como eixo crítico, exigindo prioridade gerencial e monitoramento intensificado das ações corretivas para o alcance da meta no próximo ciclo, sobretudo para as UPCs Estrela D'Alva, Jardim das Alterosas e Vila Pinho, que apresentaram desempenho abaixo do esperado. As equipes das UPCs iniciaram, ao final do ciclo, a execução dos projetos Festivais Esportivos, com a entrega de kits contendo bolas e coletes destinados às oficinas de futebol, futsal, vôlei, basquete, handebol e futevôlei do Programa Fica Vivo!. A iniciativa teve como objetivos promover a integração entre as oficinas esportivas, ampliar a visibilidade das ações do Programa e incentivar a participação de adolescentes e jovens.

No mesmo período, o Programa Fica Vivo! aderiu à Campanha Cartão Vermelho ao Feminicídio, executada pelo CAO-VD e Ministério Público de Minas Gerais. As instituições parceiras disponibilizaram materiais da campanha, incluindo cartazes para as UPCs, uma faixa institucional e dois cartões de papelão, utilizados de forma estratégica durante os torneios esportivos realizados nas comunidades.

Indicador 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
121.730	137.279	112,77%

A superação expressiva do Indicador 2.3 confirma que a Proteção Social constitui o eixo mais resiliente do Programa, principalmente em contextos de violência intensificada. O 28º RGR evidencia que a ampliação dos atendimentos decorre menos da expansão formal de oficinas e mais da presença territorial qualificada, da escuta ativa e da articulação intersetorial.

As UPCs Cabana, Palmital, Olavo Costa e Santa Lúcia ilustram que, mesmo quando a participação regular em atividades coletivas é limitada, o Programa mantém sua efetividade ao priorizar acompanhamento individual, acolhimento e articulação em rede, reafirmando o caráter ético e preventivo da política pública.

Indicador 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
676	685	101,33%

O desempenho do Indicador 2.4, com superação da meta, **reforça a importância da articulação entre proteção social e repressão qualificada**. Nesse sentido, o 28º RGR detalha de forma consistente a realização de reuniões com o Grupo Especializado de Policiamento em Áreas de Risco (GEPAR), de Reuniões Preparatórias do Grupo de Intervenção Estratégica (RPGIE) e da participação nos Grupos de Intervenção Estratégica (GIE), evidenciando maturidade institucional na condução desse eixo.

Mais do que o volume de ações, a análise apresentada no próximo RGR deverá enfatizar a qualidade, tempestividade e continuidade da articulação, sobretudo em territórios críticos. As justificativas apresentadas para não realizações pontuais de reuniões devem ser tratadas como exceção, não como padrão, reforçando a centralidade estratégica desse indicador.



GIE Vida de encerramento de 2025

Registra-se, de forma positiva, a evolução qualitativa observada na elaboração do 28º Relatório Gerencial de Resultados (RGR), no que se refere à área temática 2 – Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!, que apresenta avanços em termos de estrutura analítica, clareza argumentativa e aprofundamento técnico. Nota-se que o documento passou a contextualizar de maneira mais consistente as ações e intervenções realizadas, articulando os resultados quantitativos aos processos de acompanhamento das equipes, às dinâmicas territoriais e às estratégias adotadas para a melhoria do desempenho dos indicadores pactuados.

Destaca-se, ainda, a qualificação da leitura gerencial e metodológica expressa no 28º RGR, evidenciada pela capacidade de explicitar os desafios enfrentados nos territórios, as medidas adotadas para mitigação de riscos e os ajustes operacionais realizados ao longo do período avaliatório. Essa abordagem contribui de forma substantiva para a compreensão do desempenho do Programa, fortalecendo a transparência, a confiabilidade das informações apresentadas e o uso do relatório como instrumento efetivo de gestão e monitoramento.

Neste sentido, observa-se que as recomendações e apontamentos registrados no 27º RM foram retomados e respondidos no conteúdo do 28º RGR. A incorporação dessas orientações na análise e na descrição das ações evidencia atenção às diretrizes estatais e a capacidade institucional de transformar recomendações em práticas concretas, com reflexos observáveis na condução das equipes e na qualificação da execução do Programa.

Nesse sentido, a leitura do 28º RGR permitiu identificar a aplicação das recomendações anteriores realizadas pelo Programa Fica Vivo, bem como seu registro sistematizado no documento, o que representa um avanço na maturidade gerencial e metodológica da organização executora.

Área Temática 3 – Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais – CEAPA

O 28º RGR analisa o desenvolvimento do Programa CEAPA em Minas Gerais, reconhecendo os esforços coletivos para o avanço dessa pauta desafiadora. Paralelamente ao reconhecimento dos progressos alcançados, o RM promove uma avaliação crítica e contínua dos pontos possíveis de aprimoramento. Com esse propósito, as análises da Diretoria de Alternativas Penais (DAL) aqui apresentadas buscam consolidar boas práticas e soluções inovadoras, garantindo a segurança e a excelência na execução do programa.

Antes de iniciar a análise individualizada dos indicadores, cabe registrar apontamentos sobre a implantação e operacionalização do Sistema do Programa. Observa-se que ocorreu a paralisação do referido processo já a partir do décimo primeiro dia de outubro de 2025, ou seja, nos primeiros dias do trimestre em avaliação, em razão da tentativa de superação das inconsistências identificadas até aquele momento. Portanto, permanecem ressalvas relevantes quanto à afirmação de que o sistema opere sem a ocorrência de problemas. Tais obstáculos mobilizaram a atenção da DAL, que passou a atuar de forma ativa nos diálogos e nos desafios identificados ao longo do processo de implantação do sistema.

Nesse sentido, orientou-se pela antecipação da implantação na CEAPA de Belo Horizonte, considerada oportuna em razão do processo de descentralização em curso na unidade e da paralisação do cronograma de implantações. A DAL também orientou pela antecipação do processo de organização dos arquivos da Unidade de Juiz de Fora, com vistas a viabilizar, de forma preliminar, a futura implantação do sistema. Ressalta-se que a unidade se encontra com os atendimentos paralisados e em processo de mudança de endereço, contexto que será aprofundado em momento oportuno.

Ainda no que se refere ao sistema, registra-se a atuação ativa da DAL no enfrentamento dos entraves identificados na etapa de implantação, com foco no diálogo contínuo com a OS, não apenas para a superação das dificuldades existentes, mas também para o estabelecimento de práticas mais estáveis e seguras nos processos de implantação futuros.

Ademais, persistem dificuldades no acesso a informações referentes à retomada da implantação do sistema nas demais unidades. Até o encerramento deste período avaliatório, não havia sido apresentado cronograma para a continuidade das implantações, tampouco plano de ação específico para a digitalização da Unidade de Juiz de Fora, considerando a paralisação dos atendimentos por motivo de força maior. Acrescente-se a esse contexto a dificuldade recorrente de participação em espaços de diálogo institucional, notadamente em reuniões técnicas, nas quais, em mais de uma ocasião, a gerência da CEAPA não obteve acesso às agendas realizadas com a empresa Sydle.

Soma-se a isso a necessidade de maior clareza quanto ao fluxo e à metodologia adotados para a implementação das melhorias do sistema. Destaca-se, nesse sentido, **a importância da disponibilização de um painel consolidado de indicadores que permita a visualização individualizada, coletiva e comparativa dos resultados, em diferentes recortes temporais** (mensal, trimestral, semestral e anual) de modo a subsidiar a identificação tempestiva de unidades que demandem intervenções específicas e monitoramento mais próximo. Tal aprimoramento decorre de orientação da Superintendência de Prevenção Social à Criminalidade e **deve ser incorporado ao sistema com a devida prioridade.**

Indicador 3.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA		
Meta	Resultado	Desempenho
92.886	98.725	106,29%

O indicador geral apresentou recuo em 14 UPCs, fenômeno esperado para o período em análise, tendo em vista o recesso forense, argumento recorrente apontado pelas equipes, principalmente nos relatórios qualitativos de dezembro de 2025. Observa-se que o desempenho geral sofreu queda de 8,20% em relação ao trimestre anterior. Por outro lado, o acumulado anual indica superação da meta geral em 6,28%, o que sinaliza resultados positivos na articulação com o Poder Judiciário.

A avaliação do desempenho anual das Unidades da CEAPA revela que metade delas superou a meta, mesmo com o recuo na maioria das UPCs. Entre elas, 8 (oito) têm resultados com desempenho superior a 20% do estimado, enquanto a segunda metade obteve desempenho médio 18% abaixo do esperado, chegando a um pico negativo de 33,73% (CEAPA de Governador Valadares). Evidencia-se a existência de desequilíbrios na distribuição e no ritmo das ações entre as diferentes equipes. Portanto, recomenda-se a realização de avaliação acerca da expressiva desarmonia.

Houve dúvidas quanto à explicação apresentada pela OS, no sentido de que a variação do indicador teria relação com *“escalas sobre o Programa, sobre o público atendido, sobre a rede de proteção e sobre o Sistema de Justiça”*, conforme página 52 do 28º RGR. O conjunto de esforços enseja o sucesso do indicador, contudo, naquilo que compete à SUPEC, será trazido na execução da metodologia, inclusive com articulações estratégicas para superar os ruídos nos diálogos com os parceiros do Programa.

Ressalta-se o caso levantado pela OS, porém, com outro referencial sobre a percepção do desempenho. Uberlândia é um município com situação de preocupação quanto ao crescente volume de trabalho para a equipe, não sendo considerado um caso de sucesso, pois a superação da meta anual excedeu em mais de 141% o patamar esperado. Observa-se queda de 18,5% do número de atendimentos em relação ao 27º PA. Além disso, entre os meses de outubro e dezembro de 2025, o movimento na UPC decresceu em

31,73%, queda que a equipe atribui ao período de recesso forense no mês de dezembro sobre o primeiro bimestre do PA, e a OS e a equipe não apresentaram hipótese para o declínio.

Entretanto, destaca-se a intervenção da DAL com articulação direta da Diretora de Alternativas Penais e Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional com o juiz da Vara de Violência Doméstica do município. A articulação definiu a adequação do encaminhamento dos casos ao Programa, motivando a queda de 21,42%, neste trimestre, na média de inscrições de Medidas Protetivas de Urgência em relação ao 27º PA. Segue tabela com dados levantados pela gestão, a pedido da DAL:

Nº DE INSCRITOS 1º TRIMESTRE		Nº DE INSCRITOS 2º TRIMESTRE		Nº DE INSCRITOS 3º TRIMESTRE		Nº DE INSCRITOS 4º TRIMESTRE	
PROT.	96	PROT.	110	PROT.	129	PROT.	99
CAUT.	9	CAUT.	33	CAUT.	19	CAUT.	11
105		143		148		110	

A gestão ainda compartilha decisão do Juízo devidamente ajustada para demonstrar os critérios e valoração dos fatos de modo a direcionar o Programa na execução dos Grupos, evidenciando que a reunião realizada com a Diretora e a Gestora surtiram bons frutos e são de fato a justificativa para a queda de encaminhamentos, no que tange à pauta da Violência contra Mulher. Paralelamente a DAL concentra esforços para ampliação da equipe, já prevista para o início do ano de 2026.





A CEAPA de Barbacena obteve o terceiro score anual mais acentuado. A equipe de 3 (três) analistas superou em cerca de 51% a meta de atendimentos, apresentando excelente organização para ocupar as diversas frentes de trabalho com expertise e boa performance. É inegável, contudo, que a situação demanda avaliação mais aprofundada, por se tratar de uma equipe reduzida que superou significativamente as metas de atendimento e de articulações com a rede, ponto que será tratado em campo específico.

Sete Lagoas foi destaque no relatório como exemplo de unidade que superou de forma expressiva a meta anual (21,40%) e obteve progressão de 18%, se comparado ao 27º PA. Ainda nessa avaliação, é verificado o aumento substancial dos casos de Medida Protetiva de Urgência. Enquanto no primeiro semestre foi inscrita uma média de 9 (nove) casos por mês, no segundo semestre o salto foi de 26 inscrições mensais. Assim, em relação ao primeiro bimestre, os atendimentos grupais de Ações de Responsabilização sofreram um crescimento de 142% e os atendimentos individuais de acompanhamento, de 31,2%; portanto, o fenômeno vem sendo observado há cerca de 6 (seis) meses e, ao que tudo indica, influenciou reorganização da equipe em frentes de trabalho, configurando um dos gargalos gerais apresentados pela OS neste documento.

Na outra ponta do indicador de atendimentos, as UPCs de Governador Valadares, Curvelo e Ipatinga obtiveram os desempenhos mais baixos, com 33,73%, 25% e 21,9%, respectivamente, inferiores à meta pactuada para o ano.

Em Governador Valadares, segundo a Gestão Social, houve queda da porta de entrada em decorrência de mudanças nas decisões judiciais, que passaram a priorizar o encaminhamento para Pena Pecuniária (PP), acompanhada pelo próprio Poder Judiciário, para os casos de Penas Restritivas de Direitos e, principalmente, os de Acordo de Não Persecução Penal (ANPP). Nessa perspectiva, a redução de audiências no Juizado Especial pela alteração legal referente ao Artigo 28 da Lei de Drogas impactou diretamente a chegada do público ao programa.

As articulações para o recebimento do público das Ações de Responsabilização para Homens autores de Violência Doméstica não têm surtido efeito, mesmo com o auxílio do Ministério Público na sensibilização do magistrado à frente da vara especializada. Houve recuo na porta de entrada, principalmente pelos casos da Vara de Execuções Penais (VEP) e outras Varas Criminais, além de que se percebe constância do Juizado Especial Criminal (JESP) no encaminhamento de Projetos de Execução de Alternativa Penal (PEAP), devido ao aumento dos casos de pessoas envolvidas com conflitos. Ainda assim, houve aumento de 2% no indicador de atendimentos, demonstrando ser uma Unidade em evolução.

A unidade de Curvelo experimentou redução do encaminhamento do público para o Programa pelo Poder Judiciário, o que já não havia um número expressivo. Embora os fluxos e diretrizes estejam alinhados com o Ministério Público, as articulações com os magistrados responsáveis pelo encaminhamento de casos de Medidas Cautelares e Penas Restritivas de Direito (PRD) – no caso da VEP, o Poder Judiciário faz a opção de determinar a prisão domiciliar, atendendo à escolha dos apenados. O estímulo ao encaminhamento pelo Juizado Especial Criminal surtiu efeito e houve encaminhamentos – destaque para o Projeto de Execução de Alternativa Penal (PEAP) para o grupo de Pessoas em Situação de Conflito. No período em análise, a equipe técnica ficou desfalcada, chegando a ficar sem analistas para o atendimento; contudo, o episódio não é o problema fundamental a ser superado para o alcance do indicador no município. Articulações institucionais mais robustas, pela SUPEC, estão previstas para ocorrerem no município.

Os desafios de Pouso Alegre merecem destaque; por ser a unidade de implantação mais recente, o acompanhamento e o manejo da metodologia do Programa devem estar em constante presença na OS e na DAL. Com essa leitura, partindo das dificuldades em estabelecer a porta de entrada do programa, a Diretoria realizou visita à UPC e protagonizou importante articulação com a gestão social, com o Executivo Municipal e com o Poder Judiciário a fim de dar solução aos entraves. O diagnóstico realizado pela DAL, validado pela SUPEC, foi apresentado à OS, entretanto, um plano de trabalho em resposta aos problemas identificados, não foi operado até o fim do trimestre.

Juiz de Fora, unidade também destacada no relatório, operou abaixo dos três primeiros indicadores, atendendo às expectativas apenas no percentil de pessoas aguardando encaminhamento. Acerca dos diálogos institucionais, a Gestão Social do município apresentou dificuldade com as pastas da Saúde e da Educação, porém com diálogos assertivos com os demais atores, assim como com o Poder Judiciário. A rede parceira tem boa aceitação do público, provavelmente pelo tempo que o programa atua no município, porém, carece de alinhamentos acerca da visão estereotipada de Pessoas em Alternativa Penal (PAPs), ainda assim, absorvem a demanda de pessoas em cumprimento de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

A equipe de Juiz de Fora também teve um grande impacto com a saída do imóvel imposta pelo Executivo Municipal, que teria que realizar a devolução de todos os imóveis locados pelo município até a data de 31 de dezembro de 2025. Esta situação reverberou de forma negativa nos atendimentos, no trato com o público atendido e com a rede parceira. Contudo, apesar do impacto frontal ao trabalho desenvolvido pelo programa, a sede do imóvel não é a responsável direta pela queda dos indicadores, haja vista que a desocupação do local se deu somente em 15 de dezembro. O cenário de Juiz de Fora apresenta obstáculos a serem superados, e o diagnóstico prospectivo, baseado no noticiado no período avaliatório, perde sua função diante da paralização dos atendimentos. A retomada das atividades, a elaboração de um plano de ação e a articulação com os atores estratégicos do município serão necessárias para a construção de resultados de excelência nos indicadores.

Encerra-se a análise deste indicador com as ponderações supracitadas, bem como com as orientações e encaminhamentos indicados, acrescentando-se a necessidade de realização de diagnóstico nas unidades de Governador Valadares, Ipatinga e Divinópolis, com o objetivo de identificar gargalos e propor ações voltadas às equipes e à gestão, além de subsidiar articulações a serem realizadas pela DAL junto aos atores estratégicos municipais.

Indicador 3.2 Percentual de alternativas penais cumpridas no período avaliatório, conforme determinação judicial		
Meta	Resultado	Desempenho
75%	77%	102,67%

Considera-se a superação da meta, assim, o questionamento que se apresenta é: como estabelecer estratégias particularizadas para o contexto das diferentes Centrais? Parte-se da informação de que cerca de um terço das Ceapas não cumpriu a meta (média de 5% abaixo do esperado) apresentando um desequilíbrio, pois, o desempenho médio das 14 unidades que cumpriram a meta é de 81%, com pico de 93%. Curiosamente, o melhor desempenho observado foi em Curvelo, com 93% de cumprimento integral, contudo é a UPC mais frágil em atendimentos. Montes Claros com 59%, e têm exatamente o mesmo número de baixas. A análise pode contemplar múltiplos critérios e recortes, permitindo a abordagem das diversas variáveis a partir de diferentes perspectivas analíticas.

No geral, a OS concorda quanto à necessidade de dispensar maior atenção aos processos de capacitação como resposta. A melhora do indicador é resultado do *“fortalecimento cotidiano dos fluxos internos relacionado ao monitoramento dos casos, à protocolização de comunicações físicas e digitais ao Judiciário e ao adequado arquivamento dos instrumentos técnicos”* (28º RGR, página 56). Registra-se, assim, o alinhamento à diretriz de avaliação do modelo pedagógico de formação das equipes técnicas. Nessa perspectiva, **recomenda-se que seja apresentado um diagnóstico descrevendo as intervenções realizadas e o motivo do não alcance da meta na unidade**, se faltou a regularidade no monitoramento dos casos, se demandam formação específica quanto à metodologia, se houve intervenções tempestivas, se há diálogo eficaz com a rede e judiciário, entre outros pontos pertinentes.

A argumentação comumente apresentada para as unidades que detêm regularidade no cumprimento da meta é a predominância da execução de grupos, modalidade que propulsiona o bom desempenho do indicador. Por consequência, é possível ler que a PSC é a modalidade de cumprimento mais desafiadora no acompanhamento dos casos e cumprimento da meta, principalmente as penas longas que exigem maior esforço do programa em responsabilizar o público e gerar aderência ao cumprimento.

Nesse sentido, **recomenda-se que um estudo específico dessa alternativa penal, constando os desafios no acompanhamento da PSC, os juízos que mais encaminham, instituto jurídico predominante, tempo médio de cumprimento acompanhado pela CEAPA, elementos do que leva ao cumprimento integral e ao descumprimento, o manejo dos desafios que travam a continuidade do cumprimento, entre outros pontos pertinentes, para, ao final, sinalizar ações e condutas passíveis de melhorar o cumprimento da alternativa penal**. Apontam-se como unidades a serem observadas e monitoradas: Montes Claros, Divinópolis, Varginha, Ipatinga, Ibirité, Vespasiano e Contagem. Diante destes diagnósticos, para as unidades que não alcançaram a meta, a DAL poderá alinhar um plano de ação e articular reuniões para apresentar propostas para que a PSC seja bem-sucedida e para que outros pontos encontrados possam ser tratados.

Indicador 3.3 Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio		
Meta	Resultado	Desempenho
6.636	6.159	92,81%

A consolidação da cultura institucional na execução das articulações com a rede é um desafio. Observa-se a necessidade de aprimoramento das equipes quanto aos processos metodológicos nessa atividade, considerando que este é um dos indicadores com resultados insuficientes. Nesse sentido, para além de viabilizar o cumprimento das penas alternativas e efetivar o processo de responsabilização, o Programa proporciona o fortalecimento de vínculos e da cidadania das PAP's, a partir da percepção de

pertencimento social; promove o protagonismo do atendido na gestão das vulnerabilidades no processo de referência e contrarreferência com a rede de proteção; e estabelece diálogos institucionais e outras articulações, essenciais para o alcance de seus objetivos.

Embora tais elementos sejam reconhecidos pelas equipes, **quase um terço das unidades ficou abaixo do limiar ao fechamento de 2025**, levando ao descumprimento da meta. As dificuldades das equipes em operacionalizar diversas frentes de trabalho apresentam-se como principal fator para o resultado. Paralelamente, observa-se que há fatores objetivos, como período de férias, recomposição da equipe e até ausência de veículo disponível para justificar a abstenção da ação.

Nesse sentido, mesmo que o plano da OS seja retomar a pauta nos próximos ciclos de capacitação, sugere-se uma organização nesse caminho. Tais ações mitigadoras para enfrentar os entraves deverão constar no planejamento de cada unidade, claramente, em respeito à sua realidade. A produção de um plano de trabalho criterioso e eficiente, que responda ao desempenho insatisfatório, deve ocorrer principalmente para as unidades de Belo Horizonte (41,3% da meta anual), Ibirité (25,35% abaixo) e Santa Luzia (20,8% abaixo).

Como influência positiva, é importante a divulgação de boas práticas no desempenho dessa meta, como as unidades de Barbacena, Montes Claros, Vespasiano e Ribeirão das Neves. Tais equipes indicaram que a proximidade das instituições parceiras é protocolo de trabalho imperativo, e o resultado é consequência dessa cultura. Nesse mesmo vetor, estabelecer a execução de projetos de prevenção, como o "É na Base", por exemplo, pode favorecer a consolidação dessa cultura. Recomenda-se maior diálogo entre equipes e a apresentação daquelas que demonstram bom desempenho em determinado campo do trabalho.

Unidades como a de Uberlândia, com excessivo número de casos, tem avaliação positiva da Gestão Social sobre a relação da CEAPA com a rede. Há potencial para crescimento por ter contexto político-institucional favorável, além de fluidez com o Poder Judiciário e com a rede de proteção. Na unidade em questão, a meta de rede foi superada, principalmente em decorrência de maior investimento nas ações de rede do segundo semestre de 2025.

Também com indicador de atendimentos inflados, a UPC de Contagem, na figura da Gestão Social, identifica bom trânsito para as articulações com a rede do município. O Poder Judiciário é acessível, embora seja necessária articulação para adequação do encaminhamento pelo Juizado Especial Criminal, que vem crescendo a porta de entrada da UPC. Há boa relação com o Executivo Municipal e com a rede de parceiros que recebe os casos de PSC, no entanto, é necessário ampliar os diálogos com as escolas que demonstram alguma resistência no recebimento de pessoas em cumprimento de alternativas penais.

Ainda assim, a relação é classificada como fluida e fortalecida pelas ações contínuas de articulação, tendo a equipe, inclusive, superado a meta anual de ações de rede. As Unidades com maior pontuação no indicador de atendimento apontam boa relação com a rede, sem prejuízo da manutenção de diálogos com o Estado para o adequado manejo dos desafios.

Barbacena, que superou a meta anual de rede em 51,2%, apresenta excelente organização de trabalho. A avaliação da Gestão Social aponta boa interação da rede com o Programa, embora se observe resistência de algumas secretarias municipais quanto ao acolhimento de pessoas em cumprimento de PSC. A Unidade apresenta excelente organização na execução das atividades, com potencial para multiplicar boas práticas de organização do trabalho em consonância com o método.

Indicador 3.4 Percentual de alternativas penais ativas aguardando encaminhamento no período avaliatório		
Meta	Resultado	Desempenho
12%	18%	50%

A DAL entende de maneira diversa quanto à percepção de que as redefinições do indicador “alteraram o cenário” de casos aguardando encaminhamento. O panorama estava posto, o que alterou foi o método de medida do indicador. A informação de que o indicador reduziria o tempo não é recente, o que evidencia a perda de oportunidade para trabalhar preventivamente. Com o presente cenário, **será necessário trabalhar corretivamente para que este indicador seja atingido por todas as unidades**, haja vista ainda tratar-se de elemento monitorado pelo processo de auditoria.

O prolongado período em *status* de “aguardando encaminhamento” pode impactar negativamente o cumprimento de outros indicadores, como o percentil de cumprimento, bem como as articulações com a rede, a exemplo da discussão de casos e da captação de parceiros. Nesse sentido, recomenda-se a realização de avaliação que contemple a análise do período em que a PAP permaneceu aguardando o início do cumprimento, a fim de verificar se tal lapso decorre de intervenções voltadas às vulnerabilidades identificadas ou se está relacionado a aspectos operacionais, como ausência de vagas em grupos ou a inexistência de instituições parceiras com horários de funcionamento compatíveis para o cumprimento da PSC, conforme apontado por algumas equipes nos relatórios qualitativos. De modo geral, a avaliação dos Gestores Sociais indica boa relação com a rede de proteção.

Encerradas as considerações sobre os indicadores, passam-se, a seguir, às demais observações. No que se refere às sugestões emanadas pelo OEP no 27º RM, reitera-se a recomendação acerca dos processos e produtos, positivos e inovadores, determinados pelos auditores. Não se trata de eleger a OS como interlocutora oficial, mas sim, de trazer mais clareza e profundidade nos processos executados em resposta a auditoria e diretrizes derivadas do plano de ação. É fundamental compreender o contexto e estimativa de ações.

Em relação à proposta de revisão dos processos de capacitação das equipes, a DAL reconhece o esforço envolvido na elaboração de um cronograma temático anual e a relevância desses espaços formativos, mas considera fundamental, também, que as avaliações de desempenho das equipes e os desafios identificados, inclusive aqueles evidenciados no 28º RGR, orientem a definição dos conteúdos a serem trabalhados. Temas como organização dos processos de trabalho, monitoramento periódico dos casos e planejamento das articulações com a rede exemplificam demandas que podem ser contempladas nesses momentos. O fortalecimento do diálogo entre os Programas da Política de Prevenção constitui plano de ação para 2026 e é iniciativa relevante, sem prejuízo de que os espaços de capacitação respondam de forma direta às necessidades técnicas das equipes de analistas e gestores sociais.

Outrossim, considerando a complexidade das atividades desenvolvidas e o volume de demandas sob responsabilidade da Supervisão da Prevenção, a DAL sugere a reorganização da distribuição do quantitativo de unidades sob referência de cada supervisora da CEAPA, mediante a inclusão da terceira profissional que, até então, atuava exclusivamente no Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (APEC). Nessa perspectiva, **recomenda-se que as pautas da CEAPA sejam redistribuídas entre as supervisoras, cabendo à OS a apresentação de plano de redefinição dessas referências.**

Por fim, registra-se que a Política de Alternativas Penais no Estado foi significativamente fortalecida com a celebração do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública e o Estado de Minas Gerais. A SUPEC se empenhou intensamente para a formalização desse instrumento, que subsidia e confere respaldo institucional para a execução do Programa CEAPA.

Ao término do período avaliatório, que coincide com o final do ano de 2025, percebem-se avanços e conquistas importantes que merecem destaque e são motivos de celebração. Verificar que existem unidades bem-sucedidas e alinhadas só contribui para crer que bons resultados para o Programa são plenamente possíveis.

Dessa maneira, fica para o ano de 2026 e para o próximo período a expectativa de identificar uma postura preventiva frente aos fatos que já estão postos, programados e previstos. Bem como, solucionar os problemas identificados, esperar resultados positivos e robustos para o Plano de Ação da Auditoria em andamento. A Diretoria das Alternativas Penais se coloca à inteira disposição para elucidar qualquer ponto deste RM, bem como para organizar e executar as articulações necessárias em busca da melhoria dos resultados do Programa CEAPA.

Área Temática 4 – Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp

A Diretoria de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional corrobora a avaliação apresentada pela Organização Social (OS) referente à execução do Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp) durante o 28º Período Avaliatório. Considerando que se trata da análise de encerramento dos ciclos avaliatórios de 2025, o presente texto contempla análises comparativas com o ano de 2024, com o objetivo de identificar avanços, estabilidades e regressões observadas em 2025, subsidiando a leitura de perspectivas e prioridades a serem consideradas no planejamento do ano de 2026.

Indicador 4.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PrEsp		
Meta	Resultado	Desempenho
25.284	25.157	99,5%

No 28º Período Avaliatório (PA), o **Indicador 4.1** apresentou desempenho global próximo ao alcance integral da meta pactuada, conforme evidenciado na análise institucional do 28º Relatório Gerencial de Resultados (RGR). Tal resultado reafirma a capacidade do Programa de sustentar elevado volume de atendimentos, mesmo diante de cenários territoriais heterogêneos. A análise municipal, entretanto, evidencia movimentos distintos de crescimento, estabilidade e regressão, **reforçando a necessidade de acompanhamento estratégico e qualitativo por parte da Organização Social (OS) nos próximos ciclos avaliatórios.**

Em **Ribeirão das Neves**, município que apresentou o maior desempenho anual do Indicador 4.1 em 2025, observou-se crescimento de 23,21% nos atendimentos em relação a 2024. Esse avanço corroborou a ampliação da equipe técnica a partir da chegada de um novo analista em outubro, o que totalizou uma equipe com quatro analistas sociais, bem como o aumento do quantitativo de vales sociais, que contribuiu para a qualificação do atendimento de demandas emergenciais e do acompanhamento do público egresso e pré-egresso. Destaca-se, ainda, o crescimento de 41,70% no alcance do público pré-egresso em comparação ao ano de 2024, além do início das tratativas para execução do Projeto de Remição junto a esse público. **Diante da recente mudança na gestão, orienta-se atenção à manutenção dos avanços alcançados e à continuidade da construção de novas portas de entrada para o público egresso, no âmbito da atuação da OS.**

Em **Sete Lagoas**, município com segundo maior desempenho anual do Indicador 4.1, verificou-se redução significativa de 63,58% nos atendimentos ao público pré-egresso, quando comparado o ano de 2025 a 2024. Esse cenário converge com os alertas do 28º RGR acerca da descontinuidade das ações na unidade prisional, **sendo recomendada, para os próximos períodos avaliatórios, a construção de estratégias que ampliem a capacidade de alcance do público pré-egresso no município.**

No município de **Betim**, o 28º PA concentrou o maior alcance do ano de 2025, resultado de evolução gradativa considerada positiva na leitura apresentada pela OS no 28º RGR. Entretanto, o desempenho anual atingiu 82,58% da meta, permanecendo 9,56% abaixo do resultado de 2024. Vale salientar o aumento de 26,61% no número de inscrições, bem como a realização de oficina protagonizada pelo público atendido, com foco em formação profissional e geração de renda, evidenciando o fomento, por parte da equipe técnica, ao desenvolvimento das potencialidades do público atendido. Em contrapartida, foi constatada a redução de 42,01% no alcance do público pré-egresso em relação a 2024, **o que indica a necessidade de ajustes estratégicos por parte da OS para 2026.**

Em **Ibirité**, o período analisado concentrou o maior alcance quantitativo do ano, refletindo recuperação institucional após o fechamento da unidade prisional do município. A entrada da equipe técnica no CERESP Betim possibilitou a retomada das ações com o público pré-egresso e resultou em crescimento de 4,91% no desempenho anual em comparação a 2024, confirmando a importância da capacidade de rearticulação territorial do Programa frente a mudanças estruturais.

Embora o 28º PA tenha registrado o maior desempenho do ano em **Uberlândia**, os dados evidenciam oscilações significativas ao longo de 2025, com redução do desempenho no comparativo anual, que passou de 84,22% em 2024 para 82,95% em 2025. Em contrapartida, destaca-se o crescimento de 21,83% no alcance do público pré-egresso e a ampliação do acesso do público feminino, avaliadas positivamente, conforme exposto no 28º RGR. Contudo, verificou-se redução nas inscrições, apesar do crescimento de 4,91% no quantitativo de assinaturas, **reforçando-se a necessidade de adoção, pela OS, de estratégias voltadas à maior estabilidade dos resultados.**

Em **Belo Horizonte**, a análise deve considerar a redução da equipe técnica de oito para sete analistas entre 2024 e 2025, quantitativo que corresponde à configuração efetiva da equipe. No que se refere ao desempenho anual, houve o crescimento de 5,47%, passando de 81,38% para 86,85%, o que sinaliza a viabilidade da manutenção do quantitativo de sete analistas na equipe técnica.

Todavia, a queda expressiva de 969 para 539 atendimentos no 28º PA evidencia o impacto direto da instabilidade da equipe, decorrente de adoecimentos recorrentes, conforme relatado no 28º RGR. Ressalta-se que a ampliação pontual do quadro pela Organização Social, com a contratação temporária de analistas ao final de 2025, teve caráter estritamente emergencial, não se configurando como composição regular da equipe. Assim, recomenda-se, para os próximos ciclos avaliatórios, a **adequação entre a configuração efetiva da equipe técnica e a meta pactuada para 2026.** Por fim, no comparativo anual, observa-se redução de 59,46% no alcance do público pré-egresso e manutenção de quantitativo semelhante de inscrições em relação a 2024.

Em **Governador Valadares**, apesar de o 28º PA ter registrado o maior alcance do ano, o desempenho anual apresentou queda expressiva, passando de 90,43% em 2024 para 55,75% em 2025. Em consonância com o 28º RGR, a Diretoria de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional reforçou, junto à gestão social, a necessidade de continuidade das articulações com as unidades prisionais e com a Vara de Execuções Penais, reconhecidas como redes estratégicas. Desse modo, **recomenda-se acompanhamento sistemático, pela OS, de plano de ação voltado à reversão do cenário em 2026.**

Em **Santa Luzia**, embora o 28º PA tenha apresentado o menor quantitativo do ano, o município esteve próximo de alcançar a meta anual, com o desempenho de 94,32%. No comparativo com 2024, cabe destacar o crescimento de 113,64% no alcance do público pré-egresso, resultado que dialoga com a leitura positiva apresentada no 28º RGR. Nesse sentido, a Diretoria de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional, em diálogo com a gestão social, orientou a retomada das articulações com a APAC do município para o ano de 2026.

No município de **Uberaba**, apesar de o 28º PA concentrar o maior quantitativo anual de atendimentos, observou-se queda superior a 20% no desempenho anual em relação a 2024, com o alcance

de 79,48% da meta. Foi verificada redução considerável no alcance do público pré-egresso e queda de 37,98% nas inscrições, ainda que o crescimento ao longo de 2025 tenha sido gradativo. Assim, **recomenda-se que as articulações retomadas com a unidade prisional ao final do ano sejam consolidadas em 2026.**

Em **Contagem**, o desempenho anual superou em 8,26% o resultado de 2024, com aumento de 22,92% no alcance do público pré-egresso e crescimento de 10% nas inscrições. Nesse contexto, o alcance de 107,07% da meta pactuada no 28º PA evidencia o fortalecimento da atuação territorial no município.

Já em **Ipatinga**, observou-se crescimento gradativo e consistente do Indicador 4.1, com progressão da média mensal de atendimentos de 92 no primeiro semestre para 136 no segundo semestre de 2025. Tais resultados consolidam um cenário sustentável, expresso pelo aumento de 8,75% no desempenho anual e pelo crescimento de 31,51% no alcance do público pré-egresso, a ser mantido nos próximos períodos avaliatórios.

Em **Juiz de Fora**, município com terceiro maior desempenho anual do Indicador 4.1 em 2025, o último período avaliatório alcançou 124,43% da meta, mesmo diante do fechamento da Unidade de Prevenção à Criminalidade (UPC) no mês de dezembro. Nessa perspectiva, observou-se crescimento de 26,73% no alcance do público pré-egresso; contudo, foi registrada redução de 10,23% nas inscrições, **aspecto que demanda atenção por parte da OS.**

No que se refere ao fechamento da referida UPC, a Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade (SUPEC) vem envidando esforços, junto à Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, para a identificação de um novo espaço destinado ao funcionamento da Base Municipal. Considerando a atipicidade do cenário, a Diretoria de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional, em conjunto com a Supervisão, a gestão social e a equipe técnica, tem realizado reuniões periódicas com o objetivo de construir e pactuar planos de ação compatíveis com o andamento das tratativas institucionais em curso entre a SUPEC e o município. Dessa maneira, **para o próximo PA, orienta-se que a OS execute a proposta do PrEsp Itinerante, que consiste no atendimento do público em espaços dos dispositivos das redes parcerias, como forma paliativa diante do cenário atual.**

Em **Vespasiano**, apesar de o PA vigente ter apresentado a menor entrega quantitativa do ano, o desempenho anual evoluiu de 72,96% em 2024 para 104,69% em 2025. Nesse sentido, salienta-se o aumento de 72,83% no alcance do público pré-egresso e a redução de 34,88% nas inscrições, **aspecto que deve ser monitorado pela OS nos próximos ciclos avaliatórios.**

No panorama estadual, os dados consolidados indicam aumento de 8,86% no alcance do público feminino egresso e de 32,39% do público feminino pré-egresso em 2025, quando comparado ao ano de 2024. Em contrapartida, observa-se redução de 16,18% nas inscrições do público feminino e diminuição geral de 6,21% nas inscrições, apesar do crescimento global de 4,43% do Indicador 4.1. Esses dados, em consonância com o 28º RGR, reforçam a necessidade de acompanhamento sistemático, por parte da OS, dos pontos de regressão e instabilidade, especialmente no que se refere às inscrições, visando assegurar a sustentabilidade e a consistência dos resultados nos próximos períodos avaliatórios.

Indicador 4.2: Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PrEsp por período avaliatório		
Meta	Resultado	Desempenho
80%	87%	107,75%

Acerca do **Indicador 4.2**, que mensura a adesão do público egresso aos acompanhamentos ofertados pelo Programa, o PrEsp apresentou, em 2025, resultado de, aproximadamente, 87% (86,2%), superando a meta pactuada de 80%, o que corresponde a um desempenho de 107,75%. Conforme sinalizado na análise institucional do 28º RGR, o desempenho global enfatiza a capacidade do Programa de sustentar a adesão do

público egresso, mesmo diante de contextos territoriais heterogêneos e de desafios operacionais distintos ao longo do ano.

A superação da meta indica que a adesão vem se consolidando como elemento estruturante da política pública estadual de atenção à pessoa egressa, refletindo a permanência dos usuários nos acompanhamentos e o reconhecimento do PrEsp como referência de apoio e suporte. Tal cenário revela que a qualificação do atendimento, a centralidade da escuta, a construção do vínculo e a organização do trabalho técnico seguem produzindo efeitos concretos na continuidade do acompanhamento, aspecto central para a efetividade das intervenções e para a consolidação do Programa nos municípios. A leitura municipal do indicador, entretanto, evidencia movimentos distintos de crescimento, estabilidade e regressão, reforçando, à semelhança do observado no Indicador 4.1, a necessidade de acompanhamento estratégico e diferenciado por parte da OS nos próximos ciclos avaliatórios.

Em **Sete Lagoas**, observa-se o alcance da meta do Indicador 4.2 no ano de 2025, associado ao aumento de 13% na média de pessoas acompanhadas e ao crescimento de 24,37% nos atendimentos de retorno em comparação a 2024. Esses resultados indicam fortalecimento do vínculo e maior continuidade do acompanhamento, razão pela qual se **recomenda à OS a manutenção das estratégias adotadas, com atenção à sistematização das práticas que vêm sustentando o desempenho positivo.**

Já em **Belo Horizonte**, registra-se aumento de 13,12% nos atendimentos de retorno e crescimento de 22,22% na média de pessoas acompanhadas em relação a 2024, indicando avanço relevante na adesão do público, mesmo em contexto de instabilidade na composição da equipe ao longo do ano, conforme apontado no 28º RGR. Dessa maneira, **orienta-se que a OS promova alinhamento entre a capacidade operacional efetiva da equipe e o planejamento das metas**, de modo a preservar os avanços observados e reduzir riscos de oscilação dos resultados em 2026.

No município de **Contagem**, observa-se a manutenção dos atendimentos de retorno em relação a 2024, demonstrando estabilidade do indicador. Ainda que o cenário não aponte crescimento expressivo, a sustentação do desempenho sinaliza capacidade de consolidação das práticas atuais. Logo, **recomenda-se que a OS avalie possibilidades de qualificação dos acompanhamentos**, visando avanços graduais na adesão do público em 2026.

Embora existam desafios no alcance do Indicador 4.1 em **Santa Luzia**, o município destaca-se pelo crescimento de 27,31% nos atendimentos de retorno no comparativo entre 2024 e 2025, reforçando a consistência do vínculo estabelecido entre o Programa e o público acompanhado. De modo semelhante, em **Ipatinga**, os dados evidenciam crescimento de 18,92% na média de pessoas acompanhadas, configurando cenário de fortalecimento progressivo da adesão. Diante desse cenário, **recomenda-se à OS a consolidação das estratégias adotadas nesses municípios, com vistas à construção de um cenário sustentável do indicador nos próximos períodos avaliatórios, o que se espera que reflita, ainda que indiretamente, em avanços no Indicador 4.1.**

No ano de 2025, observa-se crescimento de 14,37% nos atendimentos de retorno e de 21,13% na média de pessoas acompanhadas em **Juiz de Fora**, indicando expansão da adesão do público aos acompanhamentos. Considerando o contexto atípico decorrente do fechamento da Unidade de Prevenção à Criminalidade (UPC) no município, a SUPEC acompanha com atenção a celeridade das tratativas institucionais para a retomada do funcionamento da Base Municipal, de modo a minimizar riscos de desmobilização do público já vinculado ao Programa. Ademais, avalia-se que a proposta do PrEsp Itinerante poderá contribuir para a mitigação desse cenário.

Em comparação a 2024, os dados apontam crescimento expressivo de 36,58% nos atendimentos de retorno e de 42,86% na média de pessoas acompanhadas em **Vespasiano**, configurando avanço significativo do indicador, mesmo diante dos desafios decorrentes do processo de expansão territorial do município. Em contrapartida, alguns municípios demandam ajustes estratégicos, a exemplo de **Betim**, onde se observa

redução de 23,61% na média de pessoas acompanhadas em comparação a 2024, indicando a **necessidade de fortalecimento das ações voltadas à adesão e à continuidade do acompanhamento**.

Em **Uberlândia**, registra-se redução aproximada de 10% nos atendimentos de retorno, evidenciando instabilidade nos resultados ao longo de 2025. Diante disso, **orienta-se que a OS adote estratégias voltadas à regularização do fluxo de atendimentos e à qualificação das ações de vinculação**, com vistas à maior estabilidade do indicador.

No município de **Ribeirão das Neves**, o número de pessoas acompanhadas manteve-se estável no comparativo anual, revelando que a ampliação da equipe ao longo de 2025 ainda não se refletiu proporcionalmente no crescimento da adesão do público egresso. Dessa forma, recomenda-se à OS a realização de investimentos específicos na organização dos acompanhamentos e no fortalecimento das estratégias de vinculação, de modo a potencializar os efeitos da ampliação da capacidade técnica em 2026.

De forma geral, o desempenho estadual do Indicador 4.2 sinaliza maturidade institucional do PrEsp no trabalho de adesão do público egresso, ao mesmo tempo em que evidencia a necessidade de monitoramento contínuo das dinâmicas municipais. **Reforça-se a importância de que a OS mantenha leitura estratégica dos pontos de estabilidade, crescimento e regressão, orientando intervenções sustentáveis**. Destaca-se, ainda, que **a adesão do público constitui condição central para o alcance dos resultados esperados no novo indicador de mitigação de vulnerabilidades sociais**, uma vez que é a vinculação do público que possibilita as intervenções qualificadas por parte da equipe técnica.

Indicador 4.3: Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional		
Meta	Resultado	Desempenho
2.800	3.011	107,54%

Em relação ao **Indicador 4.3**, a leitura institucional do 28º Período Avaliatório ratifica os apontamentos apresentados no 28º RGR da OS, ao evidenciar que a consolidação do PrEsp enquanto política pública de inclusão social demanda, de forma estruturante, a ampliação e qualificação das articulações institucionais. Nessa perspectiva, a análise comparativa entre os anos de 2024 e 2025 demonstra avanços na capacidade do Programa de operar de maneira integrada aos territórios, incidindo diretamente sobre a promoção de direitos, o acesso a políticas públicas e o fortalecimento da cidadania do público atendido.

Em 2025, verifica-se **crescimento de 25,33% nas reuniões destinadas à construção e ao aperfeiçoamento de fluxos de encaminhamento**, em relação ao ano anterior. Esse resultado sinaliza amadurecimento institucional no diálogo entre os serviços e reforça a importância da pactuação de procedimentos claros e compartilhados, favorecendo respostas mais coordenadas às demandas identificadas no acompanhamento técnico. Nesse contexto, destaca-se a atuação estratégica da SUPEC na condução de agendas interinstitucionais, com especial relevância para a formalização do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG), a SEJUSP, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), no mês de dezembro. A cerimônia contou, ainda, com a participação do Secretário Adjunto da SEJUSP, Cel. BM Edgard Estevo da Silva e outras autoridades, bem como do público, por meio do depoimento de uma pessoa atendida e acompanhada pelo PrEsp de Ibirité, que compartilhou os impactos do Programa em sua trajetória, conferindo centralidade ao protagonismo do público atendido e materializando os efeitos concretos da atuação articulada da política pública.



Cerimônia de formalização do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre TJMG, SEJUSP, MPMG e DPMG

No campo da interação com a rede de proteção social e com os atores do sistema de justiça, registra-se **aumento de 33,68% nas reuniões voltadas à discussão de casos, bem como crescimento de 5,56% na participação do Programa em conselhos, encontros e outras instâncias coletivas promovidas por parceiros locais**. Esses dados reforçam a compreensão de que a atuação do PrEsp extrapola a oferta direta de atendimentos, posicionando-se como articulador territorial e reconhecendo que o enfrentamento das vulnerabilidades sociais requer corresponsabilização e construção coletiva de estratégias.

No que diz respeito às iniciativas relacionadas à **profissionalização e à inserção produtiva**, embora se observe **redução de 7,8% no número de reuniões formais destinadas a esse eixo**, o período foi marcado por ações de elevada relevância qualitativa. Destaca-se, nesse sentido, a realização da Oficina de Produção Artesanal de Produtos de Limpeza, no município de Betim, no mês de dezembro, conduzida por um egresso acompanhado pelo Programa. A atividade evidenciou o potencial dos saberes comunitários como ferramenta de geração de renda, fortalecimento da autonomia e reconhecimento das capacidades individuais, alinhando-se à perspectiva de protagonismo do público atendido.



Oficina de Produção Artesanal de Produtos de Limpeza

Ainda nesse eixo, ressalta-se a participação do PrEsp na formatura de 57 alunos do curso de Eletricista Predial do Projeto Alvorada - Ciclo II, realizada no âmbito do 28º PA nos municípios de Belo Horizonte e Região Metropolitana, Montes Claros e Uberlândia. A ação materializa a articulação entre acompanhamento técnico, qualificação profissional e rede parceira, incidindo sobre vulnerabilidades centrais relacionadas ao acesso ao trabalho e à inclusão produtiva, além de contribuir para a construção de projetos de vida pós-soltura.



Formatura do curso de Eletricista Predial do Projeto Alvorada - Ciclo II

No tocante à interlocução com o **sistema prisional**, verifica-se, em 2025, **aumento de 20,59% nas reuniões realizadas em unidades prisionais**, quando comparado a 2024. As agendas tiveram como foco o desenvolvimento de ações conjuntas e o alinhamento de encaminhamentos no momento da aquisição do direito à liberdade, reforçando o papel do PrEsp como política de transição e qualificação da saída do sistema prisional, aspecto reiteradamente apontado nas análises institucionais.

No conjunto das ações desenvolvidas no PA vigente, destaca-se, no município de Divinópolis, a realização de encontro com a APAC Lagoa da Prata, voltado à apresentação do Projeto “Acertando o Passo”. A agenda possibilitou intercâmbio metodológico, alinhamento de práticas e fortalecimento da atuação integrada no território, ampliando o conhecimento mútuo sobre as estratégias de acompanhamento do público em cumprimento de pena e pós-soltura.



Encontro com a APAC Lagoa da Prata para apresentação do Projeto “Acertando o Passo”

Ressalta-se, ainda, a realização de reunião ampliada no município de Ribeirão das Neves, com a participação da SUPEC, do Instituto Elo, da Vara de Execuções Penais, do Departamento Penitenciário de Minas Gerais (DEPEN) e do Conselho da Comunidade, destacando-se a presença da juíza da Vara de Execuções Penais de Ribeirão das Neves, que também atua como Coordenadora do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional (GMF). O encontro constituiu espaço estratégico de alinhamento institucional, fortalecimento de vínculos e pactuação de possibilidades concretas de cooperação, contribuindo para a sustentabilidade e a qualificação das ações do PrEsp com o público pré-egresso.



Reunião ampliada no município de Ribeirão das Neves

Por fim, cabe registrar o **crescimento expressivo de 163,45% nas articulações realizadas em encontros de rede promovidos pelo Programa**, notabilizando maior protagonismo institucional do PrEsp em espaços de debate e formulação de políticas públicas. De forma geral, o desempenho do Indicador 4.3, à luz da análise institucional e em diálogo com o 28º RGR, revela avanços consistentes na capacidade do Programa de articular respostas intersetoriais às vulnerabilidades do público atendido. Ao mesmo tempo, aponta desafios que demandam monitoramento e investimento estratégico contínuo, sobretudo no campo da empregabilidade, reafirmando que a efetividade do PrEsp está diretamente associada à solidez, diversidade e qualidade das articulações construídas nos territórios.

Área Temática 5 – Programa Selo Prevenção Minas

Em diálogo com o que foi apresentado no 28º Relatório Gerencial de Resultados, o presente RM consolida uma leitura integrada dos Indicadores 5.1 (Articulação de Rede), 5.2 (Em Curso) e 5.3 (Mobilização Social), articulando desempenho quantitativo, qualitativo, consistência metodológica e efetividade das ações nos municípios acompanhados.

A partir do monitoramento, percebe-se amplamente que o alcance das metas não se traduz automaticamente em qualidade das entregas. Os indicadores analisados ao longo de 2025 demonstram que volumes elevados de ações, participantes ou articulações não necessariamente correspondem a fortalecimento institucional, coerência metodológica ou aprofundamento das redes locais de prevenção.

Em vários momentos, como registrado no 28º RGR, a superação dos resultados esteve associada à concentração das atividades em poucos municípios, ao esforço inicial de implantação (caso da RISP 04) ou à necessidade de recomposição metodológica das equipes (caso das RISP 10 e 15). Por isso, este RM prioriza a leitura crítica dos processos - continuidade, constância dos atores, alinhamento temático, gestão e confiabilidade dos registros - como fundamentos indispensáveis para a interpretação dos números apresentados.

No contexto de entregas, em 23 de outubro, o município de Ubá recebeu a solenidade oficial de inauguração do Programa Selo Prevenção Minas, uma iniciativa do Governo de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) e da Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade (SUPEC). O evento contou com a presença de autoridades estaduais e municipais, representantes de instituições parceiras e membros da sociedade civil, totalizando 60 participantes. Destaca-se a participação da Superintendente Flávia Mendes.



Evento de Lançamento Selo Ubá - 23/10/25

Somado a isso, o 28º PA evidenciou diferenças relevantes entre as regionais. A RISP 04 avançou na estruturação inicial do Programa, com ações ainda concentradas na implantação — processo que foi consolidado com a entrega do Diagnóstico de Implantação Regional da 04ª RISP em 29/12/2025, documento que sistematiza o percurso, as prioridades identificadas e os encaminhamentos necessários para o fortalecimento das estratégias territoriais. A RISP 10 apresentou volume expressivo de atividades, mas também desafios significativos na sistematização dos dados, na continuidade institucional das Comissões e na capilaridade territorial das ações. Já a RISP 15 manteve forte mobilização local em Teófilo Otoni e demonstrou maturidade institucional na CMPC, ainda que a abrangência territorial e a qualidade dos registros — especialmente na diferenciação de membros e convidados nas reuniões da CMPC e nas temáticas

das ações — permaneçam como pontos de atenção. Esses contrastes reforçam a necessidade de acompanhamento próximo, ajustes metodológicos e ações de apoio diferenciado entre as regionais.

O ano de 2026 inaugura um novo ciclo de monitoramento, com a implementação de **novos indicadores do Programa Selo Prevenção Minas e a substituição progressiva da Planilha de Relatório Regional Selo pelo Sistema Integrado de Dados**, que ampliará a padronização, rastreabilidade e consistência das informações registradas pelas equipes. Ainda assim, permanece imprescindível o investimento contínuo na qualificação dos registros, considerando que a precisão, a completude e a coerência dos dados são decisivas para a leitura qualificada da política e para o reconhecimento dos avanços e desafios do Programa.

Nesse sentido, este RM reafirma a centralidade da análise quantitativa vinculada à qualitativa e da integridade dos registros como pilares para a consolidação da metodologia do Selo Prevenção Minas. A contextualização aqui apresentada orienta as recomendações para 2026, assegurando que o Programa avance não apenas em números, mas em maturidade institucional, consistência metodológica, capilaridade territorial e qualidade de suas entregas nos municípios mineiros.

Indicador 5.1: Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas		
Meta	Resultado	Desempenho
1.015	932	91,82%

No que se refere especificamente à análise dos indicadores, procede-se à apreciação do Indicador 5.1, o qual mensura o número de ações de articulação com órgãos públicos, instituições da sociedade civil e outros atores estratégicos para execução do Programa Selo Prevenção Minas. No quarto período avaliatório de 2025, as três RISPs juntas superaram as metas pactuadas em 84,3%. Entretanto, a superação numérica não deve ser interpretada como desempenho qualitativo automático, pois o volume de articulações não necessariamente indica fortalecimento dos vínculos institucionais ou consolidação das redes locais.

RISP 04

A RISP 04 registrou **119 ações de articulação de rede**, superando a meta trimestral de 65 ações. As atividades concentraram-se no município de Ubá, com foco na apresentação do Programa às instituições municipais e no estabelecimento das primeiras conexões institucionais necessárias à implantação do Selo Prevenção Minas. Dessa forma, a atuação concentrou suas articulações no contexto de implantação do Programa na região. A superação da meta decorre da intensidade das ações iniciais necessárias para apresentar o Programa, estabelecer vínculos básicos com a rede municipal de Ubá e aplicar o *check-list* do Diagnóstico de Implantação da 4ª RISP — abrangendo 76 municípios, o que é compatível com o esperado nesse contexto.

Esse volume elevado é coerente com a fase de implantação, conforme registrado no RGR, que descreve a centralidade das ações iniciais de mobilização institucional na região. Ainda assim, a superação não representa, necessariamente, aprofundamento dos vínculos institucionais, mas sim o esforço inicial característico da entrada do Programa em uma nova Região Integrada de Segurança Pública.

RISP 10

Já a RISP 10 realizou **135 ações de articulação**, superando a meta trimestral de 65 ações. O volume de articulações concentrou-se em Patos de Minas, seguido de municípios como Carmo do Paranaíba, Abadia dos Dourados, Lagoa Grande e Matutina. As ações concentraram-se, principalmente, em Patos de Minas, voltadas à mobilização da rede, construção de fluxos e alinhamentos institucionais.

O RGR reconhece esse desempenho e a capacidade de mobilização da região. No entanto, a análise interna identificou inconsistências relevantes no processo de registro das ações, tais como:

- Ausência de tipificação em ações específicas;
- Divergências entre a aba operacional e a aba de resultados da planilha;
- Registros incompletos ou duplicados;
- Classificação inadequada entre articulação, reunião de rede e reunião da CMPC.

Essas fragilidades sugerem que parte da superação quantitativa pode estar associada à repetição de contatos ou à recomposição de articulações, e não necessariamente ao fortalecimento qualitativo dos vínculos institucionais. A superação, portanto, demanda interpretação cuidadosa e reforça a necessidade de padronização nos registros.

RISP 15

Com relação à RISP 15, foram apresentadas **133 ações de articulação de rede**, superando a meta trimestral de 80 ações. A região apresentou forte concentração das ações em Teófilo Otoni, com articulações voltadas à apresentação do Programa, instituição de parcerias e participação em espaços da rede municipal. Também houve ações em Monte Formoso, Itinga, Padre Paraíso, Nanuque e outros municípios. O RGR descreve a RISP 15 como apresentando capilaridade ampliada e fortalecimento das articulações no trimestre, avaliação que se confirma nos registros analisados. Ainda assim, como nas demais RISPs, a superação numérica não garante, por si só, consolidação dos vínculos, uma vez que o volume elevado pode refletir tanto a expansão territorial quanto a necessidade constante de aproximação com instituições-chave.

Síntese avaliativa do Indicador 5.1

Somadas as três RISPs, a meta trimestral do Indicador 5.1 era de 210 ações, tendo o Programa executado 387 ações, o que resultou em superação global de 84,3% em relação ao pactuado. Apesar do desempenho numérico elevado **no 28º PA**, esse resultado deve ser interpretado com cautela, dado que a articulação de rede constitui um processo qualitativo, sustentado pela continuidade das relações institucionais e pela capacidade de converter mobilizações pontuais em cooperação efetiva. Nessa perspectiva, a superação de 150% ou mais nas três RISPs sugere três movimentos distintos:

- Implantação na RISP 04;
- Recomposição e necessidade de padronização dos registros na RISP 10;
- Expansão e consolidação regional na RISP 15.

Assim, embora o indicador tenha sido amplamente superado no 28º PA, os resultados apontam para a necessidade de qualificar a natureza das articulações e aperfeiçoar os registros operacionais, garantindo que a política se desenvolva com consistência e sustentabilidade nos municípios.

Por fim, destaca-se, neste PA, a presença da Superintendente Flavia Mendes em evento de lançamento do Plano Municipal no município de Teófilo Otoni (RISP 15), contribuindo para as ações de articulação de rede e para o fortalecimento das relações interinstitucionais na região.



Evento de lançamento Plano Municipal Teófilo Otoni - 01/10/25

Indicador 5.2. Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas		
Meta	Resultado	Desempenho
2.270	2.482	109,34%

No que tange ao Indicador 5.2, durante o 28º PA, o Programa Selo Prevenção Minas registrou 744 participantes nas ações formativas desenvolvidas pelas equipes regionais, representando superação de 69% em relação à meta pactuada para o trimestre. Nesse sentido, o período contemplou 19 capacitações, distribuídas em 17 municípios e envolvendo 144 instituições, conforme apresentado no RGR.

As atividades formativas abrangeram temáticas diversas, tais como segurança cidadã, prevenção à criminalidade, humanização do atendimento às vítimas de violência, enfrentamento às violências, articulação em rede, fluxos e protocolos intersetoriais, além de conteúdos vinculados ao Projeto “É na Base!”, em consonância com as diretrizes metodológicas do Programa.

RISP 04

Conforme registrado no RGR, o eixo “Em Curso” não foi executado na RISP 04 durante o período, tendo em vista que o processo de implantação regional se encontra em andamento, com foco na produção do Diagnóstico de Implantação do Programa Selo Prevenção Minas – Região Integrada de Segurança Pública 04 - MG, na aproximação institucional e na estruturação do fluxo de execução dos eixos do Programa. Assim, não houve registro de formações, e a meta permaneceu zerada.

RISP 10

A RISP 10 apresentou 230 participantes nas atividades formativas (meta: 110), distribuídos em 10 capacitações realizadas em 9 municípios diferentes ao longo dos três meses do período. O resultado expressivo demonstra capacidade de mobilização territorial e qualidade na diversificação dos conteúdos, contemplando temas sobre articulação de rede, fluxos e protocolos, prevenção às violências, segurança cidadã e conteúdo do *É na Base!*.

Do ponto de vista metodológico, a regional apresentou boa aderência às diretrizes do Programa, com ações alinhadas à leitura territorial e aos objetivos estratégicos da prevenção social. Ressalta-se, contudo, a importância de se manter o equilíbrio entre volume e qualidade, tendo em vista a desproporção entre tamanho de público e profundidade pedagógica. Logo, recomenda-se garantir que a diversidade temática se

traduza em planos de ação, fluxos e protocolos efetivamente implementados, reforçando a articulação com os indicadores 5.1 e 5.3, conforme orientado em ciclos anteriores.

RISP 15

No que diz respeito à RISP 15, foram registradas 514 participantes (meta: 330), com 9 capacitações realizadas em 8 municípios no trimestre. Embora o resultado indique elevada capacidade de mobilização e capilaridade, foram identificadas fragilidades que demandam atenção:

- Baixa diversidade temática: Observou-se predominância das temáticas “Humanização do atendimento” e “Caminhos para a Proteção/Enfrentamento às violências”, com pouca variação ao longo do trimestre. Esse padrão limita o repertório formativo, reduz a capilaridade metodológica e compromete a ampliação das competências institucionais da rede municipal;
- Indício de duplicidade nas formações de Nanuque: Duas ações registradas no município apresentaram mesmos órgãos participantes, mesmo número de participantes (78) e mesmo tema, variando apenas a palestrante. Tal evidência sugere possível duplicidade, impactando diretamente a confiabilidade dos dados e a leitura qualitativa do indicador. **O ponto deve ser tratado pelas equipes regionais, com acompanhamento imediato da Supervisão da Prevenção. Caso se confirme que os participantes tenham sido os mesmos, orienta-se o registro de apenas uma capacitação, com carga horária total de 4 horas.**
- Necessidade de ampliação temática: A regional deve intensificar a incorporação de temas previstos na cartela de temática do Programa, quais sejam: alternativas penais à prisão; articulação de rede; construção de fluxos e protocolos; diagnósticos e planos municipais; formas pacíficas de resolução de conflitos; juventudes; participação e mobilização social; políticas de inclusão aos egressos do sistema prisional; políticas municipais de segurança pública; segurança cidadã e prevenção à criminalidade; utilização estratégica de informações de segurança; e violência contra a mulher. Tais temas são centrais para o fortalecimento das capacidades locais.

Apesar destas observações, reconhece-se o empenho da equipe regional na execução das atividades e a manutenção de ações formativas regulares na região. Entretanto, **recomenda-se aprimorar o planejamento temático e sanear registros administrativos**, a fim de elevar a qualidade do indicador nas próximas entregas.

Síntese avaliativa do Indicador 5.2

O Indicador 5.2 apresentou **desempenho quantitativo superior ao pactuado, com 9,34% de superação da meta**, além da execução distribuída em 19 ações formativas ao longo do trimestre. O resultado demonstra capilaridade territorial, engajamento institucional e boa mobilização das redes municipais.

Contudo, reitera-se que:

- A superação numérica não representa, isoladamente, maior qualidade da ação;
- Há diferença significativa entre mobilização ampla e profundidade pedagógica;
- Fidelidade metodológica, diversidade temática e aplicabilidade prática são parâmetros centrais para a avaliação qualitativa do indicador;
- Constatações, como a possível duplicidade na RISP 15, e a concentração temática reforçam a importância de aprimorar o planejamento e o registro das ações.

Recomenda-se, para o próximo período avaliatório:

1. Aprimorar o planejamento temático, alinhado às necessidades municipais e aos eixos estruturantes do Programa.
2. Fortalecer a articulação entre o eixo “Em Curso”, o indicador 5.1 (articulação de rede) e o indicador 5.3 (participação social), promovendo ações integradas em cada município.
3. Sistematizar e qualificar o preenchimento dos registros, com atenção ao campo “temática” e verificação de duplicidades.
4. Incorporar produtos derivados das formações, como propostas de fluxos, protocolos e acordos intersetoriais.
5. Diversificar temáticas, especialmente na RISP 15, ampliando repertórios e fortalecendo a capacidade institucional dos municípios.

Assim, embora o indicador tenha apresentado bom desempenho quantitativo, a análise qualitativa evidencia aspectos fundamentais para o aprimoramento contínuo da execução, mantendo o alinhamento com os princípios da Política de Prevenção Social à Criminalidade e as diretrizes estratégicas da SUPEC/SEJUSP.

Indicador 5.3: Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de mobilização social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas

Meta	Resultado	Desempenho
970	1.461	150,21%

Preliminarmente, cabe retificação do número apurado pela SUPEC de 1.461 ao invés de 1.457 conforme informado pela OS no RGR.

Ademais, no 28º PA, o desempenho do Indicador 5.3 apresentou comportamentos distintos entre as três RISP's, refletindo tanto o estágio de implantação do Programa quanto o grau de maturidade institucional das Comissões Municipais de Prevenção à Criminalidade (CMPC) e dos espaços de participação social. Em consonância com o que registra o 28º RGR, houve avanços significativos em termos de mobilização territorial nas RISP 10 e 15, enquanto a RISP 04 permaneceu em processo de implantação do Programa Selo Prevenção Minas, o que impactou diretamente o alcance da meta trimestral.

A exemplo das análises realizadas no RM do 27º PA, reitera-se que **o resultado quantitativo deste indicador demanda interpretação qualitativa cuidadosa**. A presença ampliada de instituições e participantes nos espaços de participação não garante, por si só, qualidade das deliberações, continuidade dos processos ou consolidação da governança municipal. Assim, a leitura dos dados considera tanto os números apresentados quanto a profundidade das interações institucionais e o nível de apropriação das Comissões sobre seu papel na prevenção social à criminalidade. Nesse sentido, destaca-se o acompanhamento sistemático desta Diretoria de Políticas Comunitárias e Municipais de Prevenção Social à Criminalidade nas reuniões da Comissão Municipal, estando a coordenação do Programa Selo Prevenção Minas sempre *in-loco* para o acompanhamento de todas as reuniões:



Reunião da Comissão Municipal de Patos de Minas dia 25/12/25 com a presença da gerente do Programa, Maria Clara Di Lorenzo



Reunião da Comissão Municipal de Teófilo Otoni dia 02/11/25 com a presença da coordenadora do Programa, Vanessa Golgher

RISP 04

A meta trimestral para a RISP 04 era de 30 participantes. Entretanto, como registrado no 28º RGR, o lançamento oficial do Programa Selo Prevenção Minas em Ubá ocorreu apenas em outubro, o que atrasou o início da execução do Eixo Certifica e inviabilizou a realização dos encontros previstos para o trimestre. Nesse sentido, o não atingimento da meta encontra-se plenamente justificado, não representando falha operacional da equipe, mas sim uma incongruência temporal entre o planejamento e o cronograma institucional de implantação.

A expectativa é de que, com a consolidação das ações do Eixo Certifica e a estruturação das articulações iniciais na região, o indicador evolua de forma consistente nos próximos períodos.

RISP 10

A RISP 10 apresentou 224 participantes no trimestre (meta: 170), distribuídos entre as ações de participação social e as reuniões da CMPC. O RGR reconhece o volume expressivo de ações realizadas pela regional, destacando o envolvimento dos municípios de Patos de Minas, Carmo do Paranaíba, Guimarães, Matutina e outros na execução de atividades do Programa Selo Prevenção Minas. Ao mesmo tempo, como também observado no RGR, **a regional ainda enfrenta desafios relacionados à sistematização dos registros,**

o que demanda leitura criteriosa dos dados e análise qualitativa cuidadosa para compreensão do desempenho real no período avaliatório.

Participação social

No trimestre, foram realizadas 08 (oito) rodas de conversa/ações do Projeto *É na Base!*. Ainda que esses encontros tenham contribuído para elevar o número de participantes registrados, a capilaridade regional não se configurou como um ponto forte da RISP 10 no período. A maior parte das ações concentrou-se nos mesmos municípios — Patos de Minas, Guimarães e Matutina — demonstrando que a inserção do Programa ainda se restringe a um conjunto limitado de localidades da regional.

- Outubro
03 (três) ações: 02 (duas) em Matutina (Formas pacíficas de resolução de conflitos e Segurança Cidadã e Prevenção à Criminalidade) e 01 (uma) ação do *Projeto É na Base!* em Patos de Minas, totalizando 87 participantes.
- Novembro
02 (duas) ações: 01 (uma) em Guimarães, com 40 participantes, e 01 (uma) ação em Matutina, com 22 participantes.
- Dezembro
03 (três) ações: 02 (duas) rodas de conversa sobre Violência contra a Mulher, em Guimarães (24 participantes), e 01 (uma) roda de conversa sobre Formas pacíficas de resolução de conflitos, em Patos de Minas (16 participantes).

Dada a recorrência de inconsistências no preenchimento da planilha, igualmente reconhecida no RGR, a consolidação dos dados exigiu verificação manual e conferência cruzada, assegurando que apenas ações compatíveis com o escopo metodológico do indicador fossem computadas.

Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade

Foram realizadas duas reuniões da CMPC no trimestre avaliado, com 18 participantes em outubro e 17 participantes em dezembro, números coerentes com o movimento descrito no RGR, que destaca a continuidade das articulações institucionais e o esforço do município em consolidar o espaço de governança local.

A coordenação estadual do Programa esteve presente em ambas as reuniões, reforçando a orientação dada no RM anterior sobre a necessidade de fortalecer a CMPC: com a participação da Coordenadora Vanessa Serva Maciel Golgher, na reunião de outubro, e da Gerente Maria Clara Caldeira Lacerda Di Lorenzo, na reunião de dezembro.

O RGR reconhece o empenho da equipe na mobilização; contudo, a análise do RM indica que esse esforço ainda não se traduz em assiduidade dos membros formais da Comissão. Apenas 06 (seis) pessoas participaram das duas reuniões do trimestre (no PA anterior, apenas duas), o que fragiliza a continuidade dos debates, a consolidação dos encaminhamentos e a própria governança intersetorial.

Da mesma forma, a análise qualitativa identificou fragilidades na construção da pauta, que segue predominantemente protocolar, sem articulação com a continuidade das reuniões e sem explorar plenamente o papel da CMPC como espaço estratégico da política municipal de prevenção, aspecto já sinalizado pela SUPEC e alinhado às recomendações do RM anterior.

Diante desse cenário, e considerando tanto o que foi registrado no 28º RGR quanto o acompanhamento direto realizado pela coordenação, **a DCM ampliará sua atuação em 2026, passando a:**

- Acompanhar presencialmente todas as CMPC da RISP 10;
- Oferecer suporte direto na elaboração das pautas;
- Trabalhar em conjunto com a Supervisão da Prevenção a definição de objetivos, encaminhamentos e rotinas de acompanhamento, visando fortalecer a apropriação institucional e garantir maior coerência e continuidade entre as reuniões.

RISP 15

A RISP 15 registrou 237 participantes (meta trimestral: 170), distribuídos entre ações de participação social e reuniões da CMPC. O RGR reconhece o fortalecimento das articulações institucionais da regional ao longo do trimestre; contudo, a análise deste RM evidencia que essas articulações se concentraram exclusivamente no município de Teófilo Otoni, o que limita a capilaridade regional e indica que o avanço observado decorre mais da maturidade local da CMPC do que de uma expansão territorial efetiva.

Participação social

Foram realizadas sete rodas de conversa/ações do Projeto *É na Base!*, todas em Teófilo Otoni. Embora o volume total de participantes seja expressivo e a adesão local se mantenha alta, é importante destacar que a execução das ações permaneceu concentrada no município-sede, sem alcançar outros municípios da RISP 15 neste trimestre, movimento que contrasta com a expectativa de capilarização regional.

- Outubro
02 (duas) rodas de conversa do Projeto *É na Base!*, totalizando 58 participantes.
- Novembro
02 (duas) rodas de conversa sobre Violência contra a mulher, somando 41 participantes.
- Dezembro
03 (três) rodas de conversa também sobre Violência contra a mulher, reunindo 94 participantes.

Esse conjunto confirma o que o RGR denomina como mobilização ampliada; porém, do ponto de vista territorial, observa-se que essa ampliação se deu dentro do mesmo município, e não na abrangência da regional. Assim, **o RM interpreta que houve fortalecimento da mobilização local, mas não houve capilaridade regional.**

Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade

A CMPC de Teófilo Otoni realizou duas reuniões no trimestre avaliado, reunindo 17 participantes em outubro e 25 participantes em dezembro. A coordenação estadual esteve presente em ambas as ocasiões, representada pela Coordenadora Vanessa Serva, dando continuidade à estratégia de fortalecimento das Comissões Municipais iniciada no PA anterior. A presença da coordenação foi decisiva para observar, de forma mais qualificada, o funcionamento do espaço e a dinâmica entre as instituições presentes.

A partir dessas observações, confirma-se que a CMPC de Teófilo Otoni demonstra nível avançado de maturidade institucional. Há clareza sobre o papel da Comissão, pautas estruturadas e alinhadas às temáticas da prevenção social à criminalidade, além de uma mobilização intersetorial consistente. Esse conjunto ajuda a explicar por que o RGR destaca a RISP 15 como uma regional com “fortalecimento das articulações institucionais” no trimestre.

Apesar desse avanço, **a análise do RM identifica desafios que o RGR não explicita.** O principal deles é a baixa constância dos membros formais da Comissão: apenas seis pessoas estiveram presentes nas duas reuniões do trimestre. Embora o número total de participantes seja elevado, a flutuação entre membros

formais, convidados e participantes eventuais compromete a consistência das deliberações e a continuidade dos encaminhamentos. Esse padrão indica a necessidade de uma mobilização mais personalizada, focada em garantir a presença regular dos representantes titulares. Além disso, há limitações nos registros enviados pela equipe, sobretudo pela ausência de distinção entre membros formais, convidados e participantes ocasionais, na aba de “Reuniões CMPC”. **Tal configuração dificulta o acompanhamento da governança do espaço e torna a análise de assiduidade menos precisa.**

Síntese avaliativa do Indicador 5.3

No conjunto das três regionais, o Indicador 5.3 apresentou desempenho quantitativo satisfatório, sobretudo nas RISP 10 e 15. Entretanto, a análise qualitativa evidencia desafios estruturais para a consolidação da participação social como eixo da política:

- Baixa capilaridade territorial,
- Oscilação significativa de membros formais das CMPC,
- Pautas pouco articuladas à continuidade das reuniões,
- Inconsistências nos registros, sem diferenciação entre membros e convidados.

Esse cenário reforça a **necessidade de uma atuação mais sistemática em 2026**, a partir do acompanhamento presencial em todas as CMPC, do apoio direto à estruturação das pautas, da qualificação dos registros e do incentivo à mobilização personalizada dos representantes formais. Assim, embora as metas tenham sido superadas em duas regionais, o indicador revela um processo que ainda está em amadurecimento, exigindo investimento contínuo para assegurar consistência, estabilidade e qualificação da participação social nos territórios.

Finalizadas as análises dos indicadores, **apresentam-se, a seguir, as recomendações estratégicas para o aprimoramento da execução do Programa Selo Prevenção Minas no ano de 2026**. As recomendações se organizam conforme os seguintes eixos:

- I) Fortalecimento da Governança das Comissões Municipais de Prevenção à Criminalidade (CMPC)
 - Ampliar o acompanhamento presencial da SUPEC em todas as CMPC das três regionais, com participação sistemática da coordenação estadual na condução das reuniões e no apoio à mediação interinstitucional;
 - Apoiar a elaboração das pautas das reuniões, garantindo coerência entre encontros, definição clara de objetivos, continuidade de discussões, monitoramento de encaminhamentos e alinhamento com as diretrizes da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade;
 - Desenvolver estratégias de mobilização personalizada dos membros formais, visando aumentar a assiduidade e reduzir a rotatividade dos representantes — fragilidade recorrente nas RISP 10 e 15;
 - Incentivar rotinas de devolutivas formais entre as instituições que compõem a CMPC, fortalecendo a governança e a responsabilização compartilhada em torno dos encaminhamentos pactuados;
 - Qualificar a diferenciação entre membros formais, convidados e participantes eventuais nos registros das CMPC, assegurando que o acompanhamento da governança reflita com precisão sua composição e estabilidade.
- II) Ampliação da Capilaridade Territorial e Qualificação das Ações Formativas e de Participação Social

- Ampliar a presença territorial do Programa nas três regionais, reforçando a estratégia de interiorização do Selo Prevenção Minas, através de planejamento formal de execução;
- Diversificar a agenda temática das ações formativas, incorporando conteúdos pouco explorados no último ciclo;
- Integrar a execução dos novos Indicadores, planejando agendas estruturadas em que as formações gerem articulações concretas e espaços de participação social correspondentes;
- Qualificar metodologicamente as ações de participação social, garantindo maior diversidade de formato, de temática e ampliando o alcance territorial;
- Estimular que cada ação formativa produza produtos concretos (fluxos, protocolos, roteiros de atendimento, notas técnicas, encaminhamentos intersetoriais).

III) Transição para o Sistema Integrado de Dados e Qualificação dos Registros

- Concluir a implementação do novo Sistema Integrado de Dados, substituindo gradualmente a Planilha de Relatório Regional Selo, com foco em padronização, rastreabilidade e melhoria da qualidade das informações;
- Acompanhar a implementação do sistema e alimentação das informações, contemplando:
 - Lançamentos obrigatórios por tipo de ação;
 - Preenchimento correto das informações sobre participantes;
 - Anexação de evidências;
 - Vinculação de encaminhamentos;
 - Relação entre atividades e indicadores.
- Manter, ao longo de 2026, uma rotina de dupla checagem dos dados (sistema + validação mensal), garantindo que a transição não gere perdas ou distorções nos registros;
- Corrigir as inconsistências identificadas no 28º PA — divergências entre abas e inconsistências nas fórmulas — reforçando a necessidade de precisão metodológica no lançamento dos dados, mesmo com a mudança de ferramenta;
- Produzir orientações padronizadas para nomenclaturas, categorias e critérios de registro, assegurando comparabilidade entre RISP's e períodos avaliatórios.

IV) Adequação ao Novo Conjunto de Indicadores do Selo Prevenção Minas

- Preparar as equipes regionais para a implementação dos novos indicadores que entrarão em vigor em 2026, garantindo entendimento sobre sua lógica, exigências metodológicas, periodicidade e relação com os eixos do Programa;
- Alinhar o planejamento territorial das RISP's à nova estrutura de monitoramento, evitando duplicidades, registros indevidos ou desconexão entre metas e atividades executadas;
- Revisar processos internos de trabalho para assegurar que a introdução dos novos indicadores resulte em melhor qualificação metodológica, e não em aumento de volume desconectado das diretrizes estratégicas.

V) Consolidação de Práticas de Gestão e Aperfeiçoamento Institucional

- Fortalecer a atuação da gestão social nas três RISP's, com apoio à melhoria da coordenação metodológica, da supervisão e da articulação intersetorial, especialmente na RISP 10, que apresentou desafios recorrentes de organização dos registros e continuidade das ações;
- Promover espaços internos de alinhamento, garantindo entendimento comum sobre critérios, metodologias e prioridades anuais.

O conjunto das recomendações para 2026 reflete a **necessidade de avançar para um modelo de execução cada vez mais qualificado, padronizado e territorialmente equitativo**, fortalecendo tanto a governança municipal quanto a capacidade das equipes regionais de sustentar processos contínuos de prevenção social. O ano de 2026 exigirá maturidade institucional, consistência metodológica e precisão nos registros, sobretudo com a implementação dos novos indicadores e a transição para o Sistema Integrado de Dados. Dessa maneira, o alcance desses objetivos implica acompanhamento próximo, orientação técnica contínua e investimento estratégico na autonomia e na capacidade de análise das equipes de base.

Área Temática 6 – Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (Apec)

O trimestre referente ao 28º PA encerra o ano de 2025 com marcos fundamentais para o fortalecimento da Política de Prevenção Social, destacando-se a entrega final do Manual APEC, que estabelece referenciais técnicos para a proteção social nas audiências de custódia, e a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) 'O Horizonte da Execução Penal' entre SEJUSP, TJMG, Ministério Público e Defensoria Pública. Além da superação integral das metas pactuadas, o período foi marcado pela incorporação do atendimento aos familiares das pessoas custodiadas, exigindo uma nova frente de qualificação técnica.

A superação integral dos indicadores pactuados (6.1 e 6.2) reflete o fortalecimento operacional do serviço em Belo Horizonte, Uberlândia e Contagem, mesmo diante de reconfigurações no quadro de gestão e da incorporação de novas frentes de atuação, como o atendimento extensivo aos familiares. Desta feita, avalia-se a eficácia das intervenções técnicas na mitigação de vulnerabilidades e na consolidação de fluxos de encaminhamento, projetando as adequações necessárias para a recepção de novos instrumentos de gestão e para o refinamento dos indicadores de resultado previstos para o ciclo de 2026.

O 28º RGR apresentado pela OS contempla informações relativas às ações de formação das equipes do Serviço APEC e, nesse contexto, a DAL manifesta avaliação positiva quanto às iniciativas realizadas, reconhecendo sua relevância e caráter colaborativo. Recomenda-se, para o próximo período avaliatório, que as capacitações sejam direcionadas ao novo indicador de resultado que, conforme informado no Relatório Gerencial, será incorporado ao próximo Termo Aditivo, com previsão de vigência no início de 2026.

Considerando os ajustes realizados no indicador de atendimento, destaca-se a necessidade de capacitação específica para o atendimento aos familiares das pessoas custodiadas, modalidade recentemente incorporada ao escopo do Serviço APEC. Tal atendimento demanda qualificação técnica adequada, em nível equivalente àquela destinada ao público-alvo principal do serviço, qual seja, as pessoas custodiadas. Assim, reforça-se a importância da adoção de metodologias avaliativas nos processos formativos, de modo a qualificar a transmissão do conhecimento e potencializar os resultados das capacitações.

No mesmo período avaliatório, foi concluída a entrega do **Manual APEC**, documento que reúne diretrizes e referenciais técnicos voltados à proteção social no contexto da audiência de custódia. **A DAL recomenda que esse material seja utilizado de forma sistemática nas capacitações das equipes técnicas e da gestão social**, com vistas à padronização dos fluxos operacionais e à qualificação das práticas cotidianas do serviço.

Conforme informado pela OS, no último mês do período avaliatório em análise ocorreu a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG), o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), o Ministério Público de Minas Gerais e a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. O referido acordo

reforça a parceria institucional da SUPEC com o Sistema de Justiça, promovendo maior integração e cooperação interinstitucional para o fortalecimento e o aprimoramento do Serviço APEC.



Como desdobramento do ACT, a DAL passou a realizar reuniões com o TJMG para análise de novas implantações do Serviço, bem como para a ampliação do APEC Belo Horizonte, incluindo a possibilidade de atendimento aos finais de semana, feriados e aos mandados de prisão.

No que se refere à análise dos indicadores, verifica-se que as metas estabelecidas foram integralmente alcançadas nos dois indicadores avaliados, evidenciando o comprometimento das equipes, a efetividade das ações implementadas e a adequada incorporação das recomendações apresentadas no 27º Relatório de Monitoramento (RM).

Indicador 6.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Serviço Apec		
Meta	Resultado	Desempenho
13.455	15.391	114,39%

No âmbito do monitoramento do Indicador 6.1, referente ao número acumulado de atendimentos, constatou-se o alcance e a superação da meta definida para o ano de 2025. Os atendimentos prévios seguem ocupando papel central na atuação do APEC, sendo reconhecida sua relevância para a qualificação da tomada de decisão no âmbito das audiências de custódia.

Contudo, recomenda-se que, em situações esporádicas que demandem a atuação de juízes plantonistas, a OS avalie e implemente estratégias específicas de diálogo também com esses atores. Tal articulação pode ocorrer por meio da coordenação da Secretaria de Audiências de Custódia (SEAC) ou com servidores fixos que mantenham interlocução com os demais servidores em regime de plantão, de modo a assegurar a continuidade plena dos atendimentos, mesmo na presença de magistrados distintos daqueles com os quais há interlocução cotidiana.

No que se refere aos atendimentos posteriores, a Diretoria das Alternativas Penais reconhece os gargalos existentes nessa modalidade e reitera o que foi apresentado no 27º RM, no sentido de que o diálogo com os atores envolvidos na execução do APEC seja conduzido de forma estratégica e colaborativa. Essa forma de atuação é essencial para garantir a observância das atribuições e das particularidades próprias de cada instituição envolvida, recomendando-se, ainda, que todas as informações e reuniões relevantes para o

adequado andamento da relação com os parceiros diretos do APEC sejam devidamente compartilhadas com a DAL.

Quanto à ampliação das equipes, a DAL aguarda as análises técnicas e estratégicas da OS, considerando a possibilidade de incremento do quantitativo de profissionais para futura ampliação dos atendimentos aos finais de semana, feriados e aos mandados de prisão em Belo Horizonte, bem como para suprir o aumento expressivo da demanda em Uberlândia. Em relação ao município de **Contagem**, **recomenda-se que, persistindo a dificuldade de atendimento ao público feminino, a OS avalie estratégias que viabilizem a realização desses atendimentos no formato virtual**, de modo a garantir o cuidado integral à pessoa custodiada.

Indicador 6.2. Número acumulado de ações do Serviço Apec junto às redes de apoio		
Meta	Resultado	Desempenho
3.216	4.109	127,77%

Na análise do indicador 6.2, verifica-se que a meta estabelecida foi atingida e superada. Observa-se que a realização de ações de capacitação e orientação diretamente relacionadas a esse indicador tem impacto significativo nos resultados apresentados, refletindo a adequada execução do serviço desenvolvido pelo APEC. Nesse sentido, verifica-se que a DAL tem sido acionada de forma recorrente pela rede intersetorial, evidenciando o reconhecimento do APEC como apoio e referência no âmbito das audiências de custódia.

Diante da abrangência do serviço e do conhecimento acumulado da rede ao longo de todo o período de atuação do APEC, **recomenda-se que a OS realize estudo diagnóstico voltado à análise das redes parceiras**, com o objetivo de identificar aquelas que se mostram mais favoráveis à atuação do APEC, bem como aquelas que apresentam maiores níveis de resistência. Tal análise deverá contemplar a identificação dos atores estratégicos que demandam maior atenção e investimento institucional, sejam eles vinculados ao poder público estadual, municipal ou ao terceiro setor, subsidiando a definição de estratégias de articulação mais direcionadas, qualificadas e eficazes.

Em consonância com as informações prestadas pela OS, o atendimento posterior contribui diretamente para o alcance do indicador 6.2, sobretudo no que se refere aos encaminhamentos realizados para a rede. Diante disso, reforça-se a relevância dessa modalidade de atendimento, bem como a necessidade de ajustes que possibilitem seu fortalecimento e ampliação, os quais tendem a repercutir positivamente nos resultados do indicador em análise. No tocante às demais estratégias de alcance do referido indicador, recomenda-se o fomento aos Encontros de Rede, compreendidos como espaços estratégicos para ampliação do conhecimento mútuo, construção de soluções conjuntas e fortalecimento da corresponsabilização entre os parceiros do APEC.

De igual modo, orienta-se que a OS acompanhe de forma contínua as ações desenvolvidas pelos Programas da Política de Prevenção e, quando pertinente, avalie a atuação conjunta do APEC. Destaca-se, nesse contexto, o Projeto “*É na Base*”, que contou com a participação do APEC no trimestre avaliatório em questão, recomendando-se a manutenção e o fortalecimento dessa participação nos próximos trimestres.

A análise consolidada dos indicadores evidencia que o ano de 2025 foi concluído com o alcance das metas estabelecidas, demonstrando a consistência e a efetividade das ações desenvolvidas ao longo dos períodos avaliatórios. Os resultados obtidos refletem o adequado planejamento, a execução qualificada das atividades e o fortalecimento das articulações institucionais necessárias à implementação do serviço.

Nesse contexto, reafirma-se a relevância do APEC no âmbito das audiências de custódia e da política de alternativas penais, destacando-se seu papel estratégico na qualificação da tomada de decisão judicial, no fortalecimento da rede intersetorial e na garantia de um atendimento mais integrado e humanizado às

peças custodiadas. Os indicadores alcançados corroboram a importância da manutenção e do contínuo aprimoramento do serviço, como instrumento fundamental para a porta de entrada do sistema prisional.

Como considerações finais, destaca-se que o Serviço APEC, dentre outros escopos, possui o objetivo de qualificar a audiência de custódia. Diante deste cenário e do aumento vertiginoso dos atendimentos documentados - que alcançaram o total acumulado de 15.391 intervenções (128,4% da meta anual) -, bem como das demandas apresentadas pelo Judiciário, que vem se apresentando como um grande parceiro da política.

Observa-se que o desempenho do Serviço APEC no exercício de 2025 se consolidou nas três Comarcas em que está instalado, demonstrando avanço relevante em importância, abrangência e reconhecimento como Serviço da Política de Prevenção. Em que pese o avanço das tratativas com o Judiciário há ainda de se reconhecer o avanço do trato com a Rede para qualificar os atendimentos em seu perfil social e assistencial, atingindo a marca de 4.109 ações de rede (160% da meta).

A participação da SUPEC no Comitê Estadual Interinstitucional de Monitoramento da Política Antimanicomial (CEIMPA), através da gerência do Serviço, tem sido de suma importância para ajustes no atendimento para as pessoas em situação de vulnerabilidade psíquica, o que aproxima o Serviço APEC da realização de mais um de seus escopos. A equipe vem se mostrando alinhada com a supervisão para superar os obstáculos rotineiros e apresentar bons resultados. Demonstra avanços relevantes, bem como evidencia o papel importante que o serviço vem tomando no convívio com o Judiciário.

Para o ciclo de 2026, a Diretoria de Alternativas Penais espera que o bom desempenho do ano de 2025 seja ainda superado, diante do cenário positivo presente nas três unidades. Para que isto se concretize **é necessário atentar-se para o rigor na correção de inconformidades técnicas** — como a exclusão definitiva de termos indevidos sobre 'participação social' nos relatórios da OS —, **a transição para modelos de aferição de efetividade formativa** e a **plena recepção das novas tecnologias de gestão judiciária**, assegurando a integridade e a sustentabilidade da Prevenção Social no Estado.

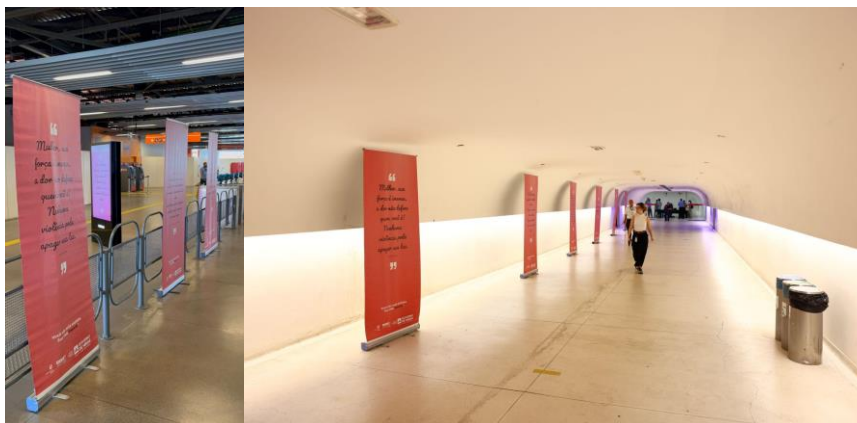
Área Temática 7 – Programa Proteja Minas

Indicador 7.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Prevenção à Violência contra a Mulher		
Meta	Resultado	Desempenho
917	1.551	169,14%

Com o encerramento do ano de 2025, os meses de outubro, novembro e dezembro configuram um marco relevante para o Programa Proteja Minas, representando um ciclo caracterizado por consolidação institucional, avanços significativos e superação de desafios. Lançado em janeiro do referido ano, com a implantação da primeira unidade de prevenção piloto em março, o Programa realizou entregas expressivas ainda antes de sua plena implementação regional, por meio do desenvolvimento de campanhas e ações estratégicas de caráter preventivo e comunicacional, como o Podcast Proteja Minas e a Campanha “Violência Não é Normal”.

A chegada da equipe ao município de Ubá constituiu-se igualmente importante, ao fortalecer a atuação da política pública de prevenção no município e qualificar a escuta e o acolhimento ofertados às mulheres e meninas. Mesmo diante de metas inicialmente projetadas, o Programa expandiu na articulação interinstitucional e apresentou um desempenho significativo avançando também na estruturação de iniciativas estratégicas, a exemplo a participação efetiva no Grupo de Intervenção Estratégica (GIE), que passou a atuar de forma integrada nos eixos operacional e estratégico.

No âmbito do 28º PA, o Proteja Minas realizou diversas ações transversais relevantes para a agenda de prevenção às violências contra as mulheres e meninas. Destaca-se a Campanha *Palavras que Acolhem*, mobilizada no mês de outubro e lançada oficialmente pela SEJUSP em novembro, no contexto dos *21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres*, com o apoio de parceiros institucionais importantes como o Tribunal de Justiça, a Defensoria Pública, o Ministério Público, a Polícia Civil, o Metrô BH e outros atores estratégicos.



Exposição Itinerante Palavras que Acolhem
Novembro/2025

Além disso, o Projeto ProtegiDAS realizado pelo Proteja Minas em parceria com a Diretoria de Atenção à Saúde do Servidor (DAS), da SEJUSP, e o DEPEN teve sua continuidade no mês de outubro e encerramento no mês de novembro por meio da realização de encontros do Grupo Reflexivo, abertos a todos os servidores e servidoras da SEJUSP. A execução dessa ação integrada, demonstrou a efetividade de uma resposta institucional articulada à violência de gênero no âmbito da segurança pública do Estado, evidenciando avanços na articulação intersetorial, na mobilização das unidades prisionais participantes e na incorporação da pauta da prevenção e do enfrentamento às violências contra as mulheres no cotidiano institucional, com ênfase no Sistema Prisional.



Projeto ProtegiDAS - Visita Ceresp Betim
Outubro/2025

Ainda no mês de novembro, soma-se a esse conjunto de avanços a constituição da equipe estadual do Programa com o objetivo de promover com maior qualidade, capilaridade e eficiência à expansão das ações interinstitucionais do Programa, bem como o fomento da sua metodologia a ser empregada em todo o Estado.

Diante do conjunto de resultados apresentados, a Diretoria de Políticas Comunitárias e Municipais de Prevenção Social à Criminalidade (DCM) avalia que o exercício de 2025 se consolidou como um marco estruturante para o Programa Proteja Minas, evidenciando avanços consistentes na implementação de suas diretrizes, reconhecendo o papel da OS parceira na consolidação das ações implementadas e no avanço do Programa em consonância com os objetivos inicialmente propostos.

No que se refere aos resultados apresentados no 28º PA, a Diretoria concorda com a OS quanto aos dados relativos aos atendimentos coletivos realizados entre os meses de outubro e dezembro de 2025. Contudo, no que diz respeito aos atendimentos individuais, **identificou-se divergência nos registros referentes aos meses de outubro e novembro, com a ausência de 17 atendimentos no período mencionado**, conforme detalhado e esclarecido na Seção 4 “Retificações do 28º Período Avaliatório” deste RM.

Atendimentos individuais

O indicador de atendimentos individuais trata-se de um eixo estratégico do Programa Proteja Minas, no âmbito da política de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, por viabilizar o atendimento direto às mulheres, por meio de acolhimento, escuta qualificada, orientação e proteção. Em 2025, esses dados se apresentaram como demonstração da resposta do Governo do Estado, diante do aumento dos casos de violência contra a mulher registrados em Minas Gerais e em âmbito nacional.

No período analisado, a DCM reconhece o esforço empreendido pela OS na execução dos atendimentos individuais. Contudo, **não foram identificados impactos significativos que refletissem avanços ou crescimento compatíveis no indicador, considerando o presente período avaliatório. Embora o RGR aponte um aumento em relação ao último PA, esse aumento foi irrisório, pois passou-se de 40 atendimentos no 27º PA para 42 neste 28º. Além disso, o RGR aponta que a meta trimestral era de 100 atendimentos quando, na verdade, após as alterações feitas no último Plano de Trabalho, a meta vigente passou a ser de 60 atendimentos. Ressalta-se, ainda, que as indagações formuladas pela Diretoria no âmbito do 27º relatório não foram respondidas**, o que limita a compreensão dos contextos, desafios e estratégias adotadas que influenciaram os resultados apresentados.

Ao longo do exercício de 2025, desde o início da oferta dos atendimentos individuais pelo Programa, foram atendidas 61 mulheres, sendo que, desse total, 41 foram atendidas uma única vez, 8 retornaram e receberam ao menos dois atendimentos, e 13 foram atendidas três vezes ou mais pelo Programa, evidenciando a concentração de atendimentos em um grupo restrito de usuárias. No 28º PA, foram atendidas, ao todo, 19 mulheres. Dessas, 13 foram atendidas pela primeira vez no Programa, 2 receberam dois atendimentos e 1 foi atendida três vezes, sendo todos esses atendimentos realizados no mês de dezembro. Esse recorte reforça a análise de que, embora haja manutenção da oferta de atendimentos e recorrência de acompanhamento em alguns casos, não se observa crescimento progressivo e consistente do público atendido ao longo do período, o que impacta diretamente a leitura do indicador.

Assim, **solicita-se atenção e acompanhamento efetivo por parte da OS no próximo período avaliatório, considerando que, a partir de 2026, o Programa passará a operar com novos indicadores de monitoramento e avaliação, dentre os quais se destacam a incorporação da média de mulheres atendidas e o indicador baseado no percentual de fichas encerradas por superação da violência**. É imprescindível a realização de uma leitura qualificada e sistemática do perfil das mulheres atendidas, bem como da forma

como acessam e se relacionam com o Programa, de modo a subsidiar análises consistentes sobre o alcance, a efetividade e os resultados dessa política pública de prevenção.

Recomendações para o próximo PA:

- **Elaborar uma análise detalhada do panorama de atendimentos individuais realizados ao longo de 2025, considerando que tal solicitação já havia sido registrada no RM anterior;**
- **Construção de estratégias voltadas à ampliação do número de atendimentos individuais realizados pelo Programa, junto às equipes técnicas (Ubá e Equipe Estadual), bem como relatório que sistematize o processo de elaboração e as ações pactuadas;**
- **Intensificar os atendimentos individuais, com adoção de estratégias de busca ativa e fortalecimento dos fluxos com a rede parceira, visando à ampliação do número de mulheres atendidas sem repetição e do volume de atendimentos individuais.**

Atendimentos coletivos

Os atendimentos coletivos destinados ao público em geral representaram 91% do total de atendimentos ofertados pelo Programa no exercício de 2025, evidenciando que, dentre as práticas metodológicas adotadas, as ações de caráter coletivo se consolidaram como o principal eixo de execução. Nesse contexto, destacam-se, sobretudo, as rodas de conversa e as palestras, que se configuraram como as estratégias mais recorrentes de intervenção.

A predominância dos atendimentos coletivos revela a priorização de ações voltadas à sensibilização, à informação e à mobilização social, alinhadas às propostas do Programa. Tais estratégias possuem potencial relevante de alcance ampliado, permitindo a disseminação de informações, o fortalecimento das ações de prevenção, e a promoção de reflexões coletivas sobre a temática da violência de gênero.

Entretanto, a elevada concentração das ações no formato coletivo também demanda uma leitura crítica quanto ao equilíbrio da aplicação metodológica do Programa, especialmente no que se refere à articulação entre ações amplas de caráter preventivo e aquelas voltadas ao atendimento direto e individualizado das mulheres em situação de violência. A expressiva participação dos atendimentos coletivos, quando não acompanhada de mecanismos claros de monitoramento de impacto, pode limitar a mensuração dos resultados concretos dessas ações sobre a mudança de percepção, comportamento e acesso à rede de proteção.

Dessa forma, torna-se fundamental que os atendimentos coletivos sejam acompanhados de critérios mais objetivos de planejamento, registro e avaliação, de modo a qualificar a análise de sua efetividade, bem como a sua contribuição para o alcance dos resultados estratégicos do Programa. A integração dessas ações com os demais eixos metodológicos, especialmente os atendimentos individuais, mostra-se necessária para assegurar uma atuação equilibrada e coerente com as diretrizes do Programa.

Sobre o Fórum realizado neste PA, a DCM reconhece o esforço da OS na construção e execução do evento realizado no dia 26 de novembro de 2025, na Câmara dos Vereadores do município de Ubá, ao avaliar que a sua realização ocorreu de forma satisfatória, com adequada mobilização, organização e participação do público estimado em 45 pessoas. A atividade demonstrou capacidade de articulação institucional e cumprimento do objetivo proposto, especialmente no que tange à promoção do diálogo e da mobilização local. Nesse sentido, destaca-se a presença da Diretora Estadual no referido evento e em reunião prévia com a equipe técnica.



Fórum Municipal Proteja Minas Ubá - novembro

Tendo em vista que a OS não cumpriu as recomendações feitas no último PA, reforça-se a necessidade de apresentar, para o próximo trimestre, um plano de qualificação dos atendimentos coletivos, contemplando:

- Fortalecimento metodológico dos grupos reflexivos, com foco na ampliação de quórum e no vínculo com os atendimentos individuais;
- Definição de estratégias para que rodas de conversa e palestras possam ser fontes de encaminhamentos efetivos para práticas de acompanhamento individual;
- Aumento das ações coletivas realizadas a partir do novo indicador pactuado;
- Acompanhamento dos desdobramentos para execução dos cursos profissionalizantes.

a) Atendimento para mulheres e meninas: Grupos reflexivos

Do total de 61 mulheres atendidas pelo Programa em 2025, apenas 12 participaram dos grupos reflexivos realizados entre os meses de maio e dezembro, o que corresponde a aproximadamente 19,7% do público atendido no período. Observa-se, ainda, que a participação foi majoritariamente pontual, uma vez que somente 3 mulheres, o equivalente a cerca de 4,9% do total, participaram de mais de três encontros. Esses dados evidenciam baixa adesão e limitada continuidade das participantes nessa modalidade, indicando fragilidades na consolidação dos grupos reflexivos enquanto estratégia metodológica de intervenção junto às mulheres em situação de violência.

A execução dos grupos reflexivos no exercício de 2025 apresenta pontos que demandam atenção quanto à sua implementação, em razão da concentração da participação em um número restrito de usuárias e da ausência de alcance ampliado e de incorporação progressiva de novas mulheres ao longo do período. Adicionalmente, essa modalidade suscita questionamentos quanto à atuação da equipe técnica e à qualificação institucional necessária à sua condução.

Nesse sentido, torna-se necessário que a OS apresente esclarecimentos acerca dos desafios enfrentados quanto à compreensão, pela equipe técnica, acerca dos fundamentos e diretrizes dos grupos reflexivos, bem como informe os investimentos realizados em capacitações, formações continuadas e na garantia de condições estruturais adequadas, de modo a possibilitar uma análise objetiva e qualificada da execução dessa estratégia no contexto do Programa.

Recomendações para o próximo PA:

- **Reestruturar a implementação dos grupos reflexivos**, com vistas à ampliação da adesão e da continuidade das mulheres participantes, devendo a OS apresentar esclarecimentos sobre os desafios enfrentados pela equipe técnica quanto à compreensão dos fundamentos e diretrizes dessa estratégia, bem como sobre os investimentos realizados em capacitação, formação continuada e condições estruturais adequadas, de modo a qualificar a execução dessa estratégia metodológica no âmbito do Programa.

Análise geral do indicador

A Diretoria de Políticas Comunitárias e Municipais de Prevenção Social à Criminalidade avalia como indispensável o investimento da OS no acompanhamento sistemático e qualificado dos indicadores, de modo a permitir a leitura qualificada dos dados e a compreensão de seus desdobramentos em relação às atividades executadas na ponta, assegurando maior equilíbrio e coerência na aplicação da metodologia. Para o exercício de 2026, diante da inclusão de novos indicadores (média de mulheres atendidas, percentual de fichas encerradas com superação da violência e número de ações coletivas), torna-se imprescindível a realização de monitoramento contínuo, que possibilite a avaliação e a análise tempestiva de eventuais intercorrências.

No que se refere especificamente ao indicador de média mensal de mulheres atendidas, destaca-se que sua mensuração considerará exclusivamente a média do número de mulheres atendidas sem repetição, e não o volume de atendimentos decorrentes da chegada das mulheres à unidade de prevenção ou das ações executadas pela equipe, o que demandará maior mobilização e planejamento estratégico para o alcance de mulheres que efetivamente necessitam de atendimentos individualizados.

Quanto ao indicador de ações coletivas, a contabilização passará a se dar exclusivamente pelo número de ações realizadas, independentemente do quantitativo de participantes, o que demandará maior organização e qualificação da execução para o alcance efetivo do indicador. Já o indicador referente ao percentual de fichas encerradas por superação de violência exigirá leitura técnica criteriosa e fundamentada das situações acompanhadas, de modo a assegurar registros consistentes, válidos e alinhados aos critérios estabelecidos, evitando inconsistências ou fragilidades que possam comprometer a confiabilidade dos dados produzidos.

Recomendações para o próximo PA:

- Corrigir e alinhar, em caráter urgente, os dados divergentes referentes aos atendimentos individuais do 28º Período Avaliativo, especificamente nos meses de outubro e novembro de 2025;
- Intensificar o acompanhamento dos indicadores pela Organização Social;
- Conferir/auditar os lastros produzidos pela equipe técnica e sua conexão com os instrumentais enviados;
- Adequar os processos de monitoramento à incorporação dos novos indicadores a partir de 2026, com acompanhamento contínuo da média de mulheres atendidas, do percentual de fichas encerradas por superação da violência e do número de ações coletivas;
- Assegurar que as equipes técnicas compreendam e apliquem corretamente os critérios metodológicos dos novos indicadores, sobretudo no que diz respeito à contabilização única de mulheres, ao registro das ações coletivas e à análise técnica dos casos encerrados por superação da violência.

Equipe técnica

Neste período avaliatório, houve a adição de uma nova equipe no âmbito estadual, ocasião em que foi realizado o processo seletivo para a contratação de uma gestora estadual, marcando o início da estruturação desse núcleo. Diante dessa nova configuração, no que se refere ao acompanhamento por parte da OS, **espera-se uma atuação próxima e contínua, com investimentos em capacitações e formações que favoreçam a compreensão do papel estratégico da equipe técnica**, de modo que esta esteja não apenas tecnicamente qualificada, mas também institucionalmente preparada para enfrentar os desafios inerentes à implementação e à consolidação de uma política pública em construção no nível estadual, distinta da lógica de atuação das unidades de prevenção.

Em particular à equipe da UPC de Ubá, a conclusão do primeiro ano de execução do Programa impõe a necessidade de algumas considerações acerca do perfil que da equipe técnica. A DCM tem observado a necessidade de maior investimento em capacitações temáticas e metodológicas destinadas à equipe, por parte da OS, considerando que, ao longo do período avaliado, não se verificou investimento sistemático nesse sentido.

Importa registrar que a equipe técnica demonstra engajamento, disposição e capacidade crítica para a execução das atividades. Contudo, evidencia-se a necessidade de aprofundamento na compreensão dos arranjos metodológicos do Programa, bem como no fortalecimento da organização do trabalho em equipe, de forma integrada e articulada, superando práticas isoladas ou excessivamente individualizadas. Tal aprimoramento mostra-se fundamental para a qualificação da atuação institucional e para o alcance dos objetivos estratégicos da política pública.

Recomendações para o próximo PA:

- Realizar acompanhamento contínuo da equipe estadual, com investimento em capacitações que assegurem a compreensão de seu papel estratégico na atuação do Programa em nível estadual;
- Garantir formações voltadas às especificidades da execução do Programa no âmbito estadual, alinhadas às diretrizes metodológicas estabelecidas;
- Ampliar os investimentos em capacitações temáticas e metodológicas da equipe técnica da UPC de Ubá, considerando a necessidade de qualificação permanente após o primeiro ano de execução;
- Fortalecer a atuação integrada da equipe técnica, com foco na organização do trabalho coletivo e na adequada aplicação da metodologia do Programa, de modo a qualificar os resultados institucionais.

Sistema Proteja Minas

No 27º PA, a Diretoria competente pelo Programa registrou o início do processo de desenvolvimento e implementação do sistema do Programa Proteja Minas, realizado por empresa contratada pela OS parceira. Destacou-se, nesse contexto, a **necessidade de acompanhamento sistemático dessa etapa sob responsabilidade direta da Supervisão de Prevenção, com vistas a assegurar que a implementação ocorresse de forma orientada e alinhada às necessidades do Programa e da equipe técnica**.

Na ocasião, foi sinalizada a necessidade de acompanhamento contínuo e de suporte técnico permanente à equipe técnica, especialmente no que se refere ao uso adequado da plataforma, à padronização dos registros e à qualificação das informações, de modo a garantir a confiabilidade dos dados, sua utilização para monitoramento, avaliação e tomada de decisão, bem como o fortalecimento da capacidade de planejamento do Programa.

Todavia, constatou-se que tais encaminhamentos não foram plenamente observados no período subsequente. Foram identificadas dificuldades recorrentes na extração e localização de dados solicitados pela DCM, bem como a ausência de respostas tempestivas por parte da Supervisão de Prevenção frente às inconsistências apontadas, situação que comprometeu o fluxo de informações e o acompanhamento dos indicadores.

Diante desse contexto, reforça-se a necessidade de maior engajamento da OS no acompanhamento das demandas da equipe técnica e na consolidação do uso qualificado da plataforma, de forma a assegurar a confiabilidade das informações, a regularidade do monitoramento e a efetiva utilização do sistema como instrumento de gestão e avaliação da política pública.

Recomendações para o próximo PA:

- Assegurar acompanhamento contínuo da implementação do sistema do Programa Proteja Minas, sob responsabilidade direta da OS, garantindo alinhamento às necessidades da Diretoria e da equipe técnica;
- Fortalecer a atuação da Supervisão de Prevenção no atendimento às demandas da equipe técnica e às solicitações da Diretoria, assegurando respostas tempestivas e a correção das inconsistências identificadas;
- Consolidar o uso do sistema como ferramenta efetiva de gestão, monitoramento e avaliação do Programa, garantindo a confiabilidade dos dados e a regularidade do acompanhamento dos indicadores.

Intervenções realizadas pela Supervisão da Prevenção

Não obstante o reconhecimento previamente registrado quanto às intervenções realizadas pela OS no acompanhamento do trabalho da equipe técnica, especialmente no que se refere às supervisões e aos direcionamentos metodológicos, verifica-se que **a demanda relativa à realização de capacitações temáticas não foi completamente atendida no período avaliado**. Apesar da adoção de diferentes metodologias e do esforço empreendido na condução das supervisões, foi realizada, até o momento, apenas uma formação temática estruturada e direcionada à equipe técnica, conforme reiteradamente solicitado pela Diretoria responsável pelo Programa.

Dessa forma, mantém-se o entendimento de que persiste um gargalo relevante no que diz respeito à qualificação continuada da equipe, tornando imprescindível, para o próximo período avaliatório, a realização de ao menos uma capacitação temática **por mês**, bem como o envio prévio de planejamento detalhado dessas formações para o exercício de 2026, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Diretoria.

No que se refere aos cursos profissionalizantes, observa-se a necessidade de acompanhamento mais sistemático de sua implementação, de modo a assegurar sua efetiva incorporação à metodologia do Programa a partir de 2026. Registra-se, ainda, a insuficiente agilidade no acompanhamento dessa demanda, o que resultou na centralização das tratativas e do acompanhamento operacional sob responsabilidade da Gestão Social, evidenciando a necessidade de maior corresponsabilização e articulação entre as instâncias envolvidas.

RECOMENDAÇÕES FINAIS

A Diretoria de Políticas Comunitárias e Municipais de Prevenção Social à Criminalidade apresenta as recomendações finais para o próximo período avaliatório, com foco no aprimoramento da execução e no fortalecimento da metodologia do Programa:

- Conferir/auditar internamente os dados do Programa, desde os lastros armazenados pela equipe técnica na ponta até as planilhas enviadas e, agora, os dados colocados no sistema;
- Intensificar os atendimentos individuais, com adoção de estratégias de busca ativa e fortalecimento dos fluxos com a rede parceira, visando à ampliação do número de mulheres atendidas sem repetição e do volume de atendimentos individuais;
- Qualificar metodologicamente os grupos reflexivos e ampliar seu quórum, assegurando sua vinculação direta aos atendimentos individuais e sua efetiva consolidação como estratégia de acompanhamento continuado;
- Estruturar rodas de conversa e palestras como portas de entrada para o acompanhamento individualizado, com definição de critérios objetivos de encaminhamento e monitoramento;
- Acompanhar de forma sistemática a implementação dos cursos profissionalizantes, garantindo sua incorporação à metodologia do Programa a partir de 2026;
- Fortalecer o acompanhamento da OS com foco no uso qualificado do sistema, na padronização dos registros e no apoio metodológico contínuo à equipe técnica;
- Implementar rotina regular de capacitações temáticas e metodológicas das equipes técnicas, com planejamento prévio e cronograma definido;
- Assegurar o compartilhamento periódico dos materiais utilizados nas ações (apresentações, cartilhas e instrumentos pedagógicos), de modo a subsidiar o acompanhamento institucional e a avaliação das atividades realizadas.

Área Temática 8 – Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador 8.1. Número de acumulado de supervisões da Prevenção realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Meta	Resultado	Desempenho
98	157	160,2%

Indicador 8.2. Número acumulado de capacitações realizadas pela Supervisão da Prevenção

Meta	Resultado	Desempenho
15	48	320%

No âmbito do Programa Mediação de Conflitos, a análise apresentada pela OS aponta adequadamente o caráter estratégico das capacitações realizadas no 28º PA, especialmente ao destacar a formação realizada em dezembro, intitulada “PMC e a Construção Coletiva: Perspectivas para 2026”. A DCM concorda que o encontro de dezembro se constituiu como espaço central de alinhamento institucional,

particularmente por articular, em um mesmo momento formativo, a apresentação dos trabalhos das comissões metodológica e de comunicação, o lançamento da revista comemorativa dos 20 anos do Programa e a socialização de instrumentos que passam a orientar a atuação do PMC a partir de 2026, como o novo indicador de resultado e a ficha de atendimento individual reconfigurada.

No entanto, a DCM avalia como fundamental compreender essa capacitação final como parte de um processo formativo mais amplo, contínuo e intencional, desenvolvido ao longo de todo o ano de 2025 pelas Supervisões de Prevenção. As capacitações realizadas não se configuram como ações pontuais ou isoladas, mas integram um percurso pedagógico progressivo, em diálogo direto com os desafios emergentes dos territórios, com a complexidade dos fenômenos das violências e com o amadurecimento institucional da Política de Prevenção Social à Criminalidade.

Nesse contexto, ao longo de 2025, foram realizados os seguintes encontros de formação no que diz respeito ao PMC:

- 13/02/2025 – Laço territorial e fenômeno das violências, que inaugurou o ciclo formativo do ano, fortalecendo a leitura territorial como base para a intervenção preventiva e para a compreensão das múltiplas expressões das violências nos contextos atendidos;
- 20/03/2025 – A Comunicação Não Violenta (CNV) e as relações raciais, aprofundando estratégias comunicacionais sensíveis às dinâmicas raciais e às desigualdades estruturais presentes nos territórios;
- 08/05/2025 – Interseccionalidade: raça, gênero e classe aplicados à prevenção social à criminalidade, ampliando a capacidade analítica das equipes para intervenções mais qualificadas e contextualizadas;
- 12/06/2025 – Articulação com a rede de proteção social e acesso a direitos pautando a redução de homicídios nos territórios, reforçando a centralidade da atuação em rede como estratégia de prevenção letal;
- 31/07/2025 – Leitura e análise da dinâmica criminal: conceitos, conteúdos e práticas, qualificando a capacidade das equipes em dialogar com dados, diagnósticos e análises da criminalidade de forma integrada à prevenção social;
- 24/09/2025 – Masculinidades e o trabalho com homens em áreas de vulnerabilidade social, aprofundando abordagens preventivas voltadas à desconstrução de padrões violentos de gênero;
- 17/10/2025 – Estratégias de intervenção e de comunicação para o enfrentamento de violências, fortalecendo competências práticas para atuação em contextos complexos;
- 18/12/2025 – PMC e a construção coletiva: perspectivas para 2026, consolidando o ciclo anual, com foco no alinhamento metodológico, na avaliação do percurso realizado e na preparação para os desafios do próximo ano.

A Diretoria competente pelo Programa avalia que a diversidade temática e a progressão dos conteúdos evidenciam uma estratégia formativa coerente, que articula fundamentos conceituais, análise crítica da realidade, desenvolvimento de habilidades práticas e alinhamento institucional. Além disso, a DCM destaca o papel das Supervisões de Prevenção como mediadoras entre a política pública e a prática cotidiana das equipes, garantindo que os processos formativos não se dissociem das demandas concretas dos territórios nem das diretrizes estratégicas da política.

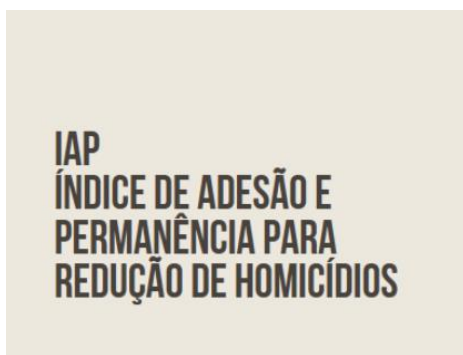
As capacitações realizadas ao longo de 2025 contribuíram não apenas para o fortalecimento individual das competências técnicas dos profissionais, mas para a consolidação de uma cultura institucional

de reflexão, troca de experiências e construção coletiva, elemento fundamental para a sustentabilidade e efetividade da Política de Prevenção Social à Criminalidade.

Quanto ao Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!, a DPJU destaca as capacitações temáticas integradas com outros programas da Política de Prevenção, sobre Masculinidades e Violência de Gênero, cujas abordagens anteciparam a execução do Projeto Institucional Prevenção é na Base no âmbito do Fica Vivo e subsidiam as discussões sobre homicídios de jovens mulheres nos territórios.

Além disso, foram realizadas formações voltadas aos projetos institucionais *Beleza em Cena* e *Prevenção é na Base*; bem como aos temas Indicadores e Metas; Avaliação e Boas Práticas de 2025.

Em complementação às temáticas desenvolvidas ao longo do ano, a supervisão da prevenção e os gestores da Base Territorial foram incentivados a participar do Seminário Crime Organizado e sua Similaridade com as Ações e Grupos Terroristas, realizado pela Academia Estadual de Segurança Pública - AESP, evento que contribuiu para ampliar e robustecer as discussões promovidas pelo eixo Intervenção Estratégica.



Construção Novo Indicador FV!



Ação com Proteja Minas



Treinamento para Oficineiros dos Programas Fica Vivo!
e Mediação de Conflitos



Apresentação do Projeto “Prevenção é na Base” no Fórum Brasileiro de Segurança Pública

No âmbito do Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais – CEAPA, a DAL entende que a realização de capacitação conduzida pela supervisão, com a apresentação, pelas unidades que atingiram a meta, dos resultados e das ações adotadas para alcançá-los às unidades que não obtiveram êxito, pode contribuir para o aprimoramento do desempenho do Indicador 3.3 - Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio. A troca de experiências entre unidades que enfrentam desafios semelhantes tende a favorecer a identificação dos próprios gargalos e a definição de ações direcionadas à superação dos fatores que comprometem o alcance do indicador.

O passo em direção à estabilidade dos procedimentos de monitoramento permanece como sendo a orientação metodológica mais desafiadora para algumas equipes da CEAPA. O *turnover* é um desafio para a manutenção do trabalho técnico nas unidades com maior rotatividade, assim, surgem questionamentos, tais como: **de que forma as boas práticas desenvolvidas por alguns municípios podem ser multiplicadas em outros? Como promover maior aderência das equipes à execução do método? Os procedimentos do Programa são suficientemente claros e céleres?** O relatório indica que as equipes com menor adesão ao método apresentam resultados menos satisfatórios; assim, as ações responsivas mais adequadas concentram-se nos processos de capacitação.

A fidelidade ao rigor técnico no acompanhamento dos casos, nas articulações de prevenção e na leitura dos fenômenos relaciona-se diretamente à familiaridade da equipe com os processos de trabalho. Diante disso, **sugere-se, de forma reiterada, a reavaliação dos processos de capacitação.** Paralelamente, recomenda-se a retomada da discussão acerca da revisão do Manual da CEAPA, produto decorrente do plano de ação da auditoria.

Por fim, demais informações sobre as capacitações e supervisões realizadas no período já foram descritas diretamente nos indicadores específicos de cada programa.

Indicador 8.3. Taxa de Rotatividade de pessoal (<i>Turnover</i>)		
Meta	Resultado	Desempenho
2,50%	1,87%	125,2%

No que se refere ao indicador 8.3, cuja meta estabelece percentual máximo de 2,5%, observa-se comportamento oscilatório ao longo de 2025. No 25 PAº (janeiro a março), o índice registrado foi de 2,8%, situando-se acima da meta estabelecida; no 26º PA (abril a junho), houve adequação ao parâmetro, com registro de 2,1%; no 27º PA (julho a setembro), o indicador voltou a superar a meta, alcançando 2,69%. No 28º PA, trimestre em análise (outubro a dezembro), contudo, verifica-se desempenho significativamente positivo, com índice de 1,87%, inferior ao patamar pactuado, indicando melhora na estabilidade das equipes.

Considerando que o *turnover*, por vezes, constitui fator que impacta negativamente na execução de todos os programas de prevenção, sugere-se a apresentação futura de descrição dos desligamentos por programa ou, se possível, por UPC, a fim de melhor entender a rotatividade de pessoal e de cargos na política.

Área Temática 9 – Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade

Indicador 9.1. Número de Relatórios Analíticos das UPCs de Base Territorial por período avaliatório		
Meta	Resultado	Desempenho
35	33	94,29%

No que se refere ao indicador 9.1 – Número de Relatórios Analíticos das UPCs de Base Territorial, no 28º Período Avaliatório, conforme registrado pela OS no RGR, foram entregues 33 (trinta e três) relatórios, o que corresponde a 94% do total previsto para as 35 (trinta e cinco) UPCs implantadas.

O não alcance da meta é justificado em razão das particularidades relacionadas ao processo de implantação das UPCs Manoel Pimenta em Teófilo Otoni, bem como São Raimundo, em Governador Valadares.

Área Temática 10 – Gestão da Parceria

Indicador 10.1. Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica		
Meta	Resultado	Desempenho
100%	-	-

Na área temática 10, quanto ao indicador 10.1, informa-se que o procedimento da Checagem Amostral dos processos de compras e serviços da OS, previsto no Decreto Estadual nº 47.553/18, ainda não foi integralmente finalizado pela Comissão de Monitoramento, restando processos de rescisão de pessoal a serem concluídos. Cabe registrar que, ao longo do período, houve alteração na composição da Comissão de Monitoramento, com a entrada de novos integrantes, o que demandou período de adaptação e capacitação dos servidores, impactando na finalização dos processos em análise.

Assim, a Supervisão do Contrato de Gestão apresentará a conclusão da Checagem Amostral na data da Reunião da Comissão de Avaliação.

Indicador 10.2. Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão		
Meta	Resultado	Desempenho
100%	-	-

O indicador 10.2 será discutido e avaliado, oportunamente, na reunião da Comissão de Avaliação. Por ora, informa-se que todas as fontes de comprovação foram enviadas à SEPLAG para cômputo dos indicadores.

Área Temática 11 – Monitoramento de Homicídios nas áreas de abrangência de UPCs territoriais

Indicador 11.1. Taxa de homicídios consumados ocorridos nas áreas de abrangência dos Programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos		
Meta	Resultado	Desempenho

22	23,67	92,41%
----	-------	--------

A DCM e a DPJU reconhecem a análise apresentada pela OS quanto ao não atingimento da meta pactuada para o Indicador 11.1 no 28º Período Avaliatório. De acordo com os parâmetros estabelecidos, a taxa apurada de 23,67 homicídios por 100.000 habitantes situou-se acima do valor esperado de 22 homicídios por 100.000 habitantes, configurando desvio de 7,54%, considerando a polaridade do indicador (quanto menor, melhor).

Contudo, ambas Diretorias avaliam que a leitura do indicador não pode se restringir à aferição estrita do numerário pactuado, sendo necessário situar o resultado em uma análise comparativa anual e contextualizada, conforme a própria metodologia do indicador, que se baseia no Ranking de Homicídios e incorpora dinâmicas acumuladas ao longo de um período ampliado (dezembro de 2024 a novembro de 2025).

Nesse sentido, embora a meta formal não tenha sido atingida, o encerramento do ano de 2025 apresenta um saldo positivo no que se refere ao comportamento dos homicídios nas áreas de abrangência dos Programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos, especialmente quando comparado ao cenário imediatamente anterior. A análise anual demonstra uma redução de aproximadamente 40% dos homicídios na faixa etária prioritária do Fica Vivo! (12 a 24 anos) e uma redução de 6,9% dos homicídios fora dessa faixa etária, correspondente ao público majoritariamente atendido pelo PMC, sempre em comparação com o ano de 2024.

Esse resultado adquire maior relevância quando analisado à luz do contexto de partida. Ao final de 2024, os territórios atendidos pelos Programas encerraram o ano com aumento expressivo dos homicídios, sendo registrados crescimentos de 37,5% na faixa etária do Fica Vivo! e de 32,7% fora dessa faixa etária. Dessa forma, a reversão do cenário ao longo de 2025, com reduções consistentes em ambos os recortes etários, configura avanço relevante na dinâmica da letalidade violenta, ainda que insuficiente para o cumprimento integral da meta pactuada.

A DCM corrobora com a leitura da OS ao apontar que o comportamento dos homicídios fora da faixa etária prioritária do Fica Vivo! exerce impacto direto no resultado agregado do indicador e está fortemente condicionado a fatores que extrapolam a governabilidade direta dos Programas, tais como disputas territoriais, dinâmicas criminais específicas e a atuação de outros entes do sistema de segurança pública. Ainda assim, a redução observada nesse recorte etário, mesmo que mais moderada, indica efeitos positivos da presença institucional dos Programas nos territórios.

Destaca-se, de forma especial, a consistência dos resultados alcançados junto ao público jovem, reafirmando a pertinência metodológica das estratégias de prevenção social focalizadas, cuja efetividade tende a se manifestar de maneira mais sensível no curto e médio prazo. A expressiva redução dos homicídios entre jovens de 12 a 24 anos evidencia que as ações territoriais integradas, desenvolvidas no âmbito do Fica Vivo! e articuladas com o PMC, têm sido capazes de incidir sobre o grupo etário de maior vulnerabilidade à letalidade violenta.

A DPJU salienta que o último trimestre de 2025 foi marcado por agravamento das dinâmicas territoriais de violência letal, associado à intensificação de conflitos armados e à expansão da atuação de facções criminosas em determinadas áreas. Tais fatores contribuíram para a elevação circunstancial da taxa de homicídios no período, sem, contudo, anular os avanços estruturais observados ao longo do ano.

Conforme descrito no 28º RGR, apesar do empenho técnico e da execução de intervenções robustas de prevenção, o recrudescimento da violência letal superou as tentativas de sua contenção nas comunidades atendidas pela base territorial. Dessa forma, o desempenho anual do indicador, reforça a necessidade de fortalecimento contínuo da articulação entre os eixos Proteção Social e Intervenção Estratégica, bem como a integração com o PMC, para intervenções qualificadas voltadas à interrupção de trajetórias de violência letal entre adolescentes e jovens.

A análise desagregada por município e território, conforme apontado pela OS, reforça a necessidade de leituras qualificadas e territorializadas. A heterogeneidade dos resultados, com reduções relevantes em municípios como Belo Horizonte, Betim, Ipatinga, Juiz de Fora e Ribeirão das Neves, em contraste com cenários de crescimento ou estabilidade preocupante em localidades como Uberlândia, Santa Luzia e Vespasiano, sinaliza que a prevenção da letalidade violenta demanda respostas diferenciadas, calibradas às dinâmicas locais.

Por fim, a DCM e a DPJU corroboram também com a **necessidade de ampliar a leitura do fenômeno para além dos homicídios consumados**, incorporando análises sobre tentativas de homicídios e outras formas de violência grave, que, embora não resultem em óbito, sinalizam riscos iminentes e demandam intervenção estratégica das equipes técnicas e da Política de Prevenção Social à Criminalidade.

Tal aprofundamento se apresenta como fundamental para qualificar o planejamento, o monitoramento e a tomada de decisão nos próximos ciclos avaliatórios.

3. COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS

QUADRO 1 – COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS

Área Temática		Produto		Peso (%)	Término Previsto	Término Realizado	Status
3	Aprimoramento e Avaliação da Política de Prevenção Social à Criminalidade	3.1	Desenvolvimento de três módulos do Sistema Integrado de Monitoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade	15	Out/25	Dez/25	Aprovado dentro do prazo

O Produto 3.1 – “Desenvolvimento de três módulos do Sistema Integrado de Monitoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade”, cujo objetivo principal é modernizar e qualificar o monitoramento da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade, foi entregue dentro do prazo estabelecido.

Contudo, a disponibilização apenas de *login* e senha às equipes técnicas ainda não possibilitou a avaliação da efetiva operacionalização do sistema. No que se refere ao sistema da Ceapa, este ainda se encontra em processo de ajustes e implantação nas Unidades, não estando plenamente operacionalizado, o que impede, até o momento, a substituição integral das planilhas anteriormente utilizadas.

Reconhece-se que se trata de um processo estruturado em fases. Entretanto, ressalta-se a importância de conferir maior celeridade à implementação, a fim de que o sistema seja integralmente testado, validado e operacionalizado em sua plenitude em todas as Unidades.

4. RETIFICAÇÕES DO 28º PERÍODO AVALIATÓRIO

Em razão do número de inconsistências identificadas nos dados apresentados no RGR, institui-se a presente seção com o objetivo de sistematizar as informações divergentes observadas no âmbito do 28º Período Avaliatório.

A SUPEC reforça a importância da correção dos equívocos identificados e apontados, bem como ao aprimoramento da revisão do conteúdo do RGR, de modo a assegurar maior consistência técnica e confiabilidade às informações apresentadas.

Programa Mediação de Conflitos – PMC

No âmbito do PMC, cabe destacar que, embora a OS registre, na página 11 do 28º Relatório Gerencial de Resultados (RGR), o início da aplicação do instrumento de monitoramento e análise da dinâmica dos territórios como suporte à leitura qualificada da realidade local e ao planejamento das ações do PMC neste período avaliatório, tal informação demanda correção, uma vez que sua utilização teve início no período avaliatório anterior, conforme registrado no 27º Relatório de Monitoramento.

Outro equívoco registrado pela OS no 28º RGR encontra-se na página 23, e se refere à realização de capacitação em parceria com o Programa Proteja Minas, com a temática “Construção de vínculos: caminhos para o acolhimento de mulheres e meninos”. A data informada de realização da capacitação foi 22/12/2026, quando, na realidade, a ação foi realizada em 22/12/2025.

Embora se corrobore a avaliação da OS quanto à relevância da implementação do Instrumental de Análise das Dinâmicas Territoriais, ressalta-se a necessidade de correção da informação apresentada na página 11 do RGR, uma vez que a implantação do referido instrumento ocorreu no período avaliatório anterior, correspondente ao 27º PA, e não no período em análise. Todavia, compreende-se que a adoção do instrumento tende a qualificar a capacidade analítica das equipes e da gestão social, bem como a subsidiar a formulação de ações mais direcionadas e coerentes com os fenômenos identificados, fortalecendo a corresponsabilização entre gestão e equipes na proposição, acompanhamento e monitoramento das intervenções.

Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais – CEAPA

A DAL salienta a imprecisão nas informações apresentadas pela OS quanto à meta do período avaliatório, conforme registrado na “Tabela 1 – Comparativo entre as metas previstas e realizadas” (página 6 do 28º RGR). Enquanto a tabela destaca a meta anual de 92.886, o texto descritivo da mesma área temática apresenta informação divergente, o que compromete a compreensão dos dados apresentados. Recomenda-se, portanto, maior clareza entre os elementos textuais e tabulares do documento, especialmente considerando a diversidade de leitores e a finalidade técnica do relatório.

O mesmo ocorre na seção referente ao percentil de cumprimento. Sendo a meta 75% e o desempenho de 77% (conforme descrito no “Resultado do período avaliatório”), houve alcance, no entanto, o mesmo texto indica fracasso do indicador, mas, sustentando argumento de sucesso como resultado das ações da OS sobre o programa.

Faz-se necessário registrar, ainda, considerações de caráter transversal sobre o processo de operacionalização do Sistema do Programa, ação que demanda investimento significativo das equipes da OS e da SUPEC. O Sistema tem apresentado imperfeições, compreensíveis diante da complexidade do processo, mas que indicam a necessidade de revisão imediata dos procedimentos.

Nesse contexto, foram observados atrasos na entrega do 27º PA, justificados por dificuldades na consolidação de dados pelas unidades operadas no sistema, bem como solicitações de retificação de informações anteriormente fornecidas pela OS. Tal situação se repetiu no presente período avaliatório, haja vista que o 28º RGR foi entregue sem a compatibilização das informações do Programa CEAPA com os dados da Assessoria de Gestão da Informação (AGI), unidade administrativa da SUPEC. Considerando que, pelo segundo trimestre consecutivo, têm sido relatadas limitações do Sistema como fator que impacta o cumprimento dos prazos e a consolidação adequada das informações, **observa-se a necessidade de aprofundar a compreensão sobre o funcionamento da ferramenta nas unidades onde já se encontra implantada.**

É reconhecido que o sistema ainda apresenta inconsistências, as quais vêm sendo gradualmente superadas pelas unidades. Nesse contexto, **impõe-se refletir sobre os fatores que têm dificultado a resolução dessas inconsistências dentro dos prazos necessários, bem como sobre o alinhamento entre o processo de digitalização, a implantação do sistema e os tempos adequados para saneamento dos problemas antes da consolidação dos dados.** Também se evidencia a importância da manutenção de instrumentos paralelos de controle, como planilhas locais, durante a fase de implantação, de modo a assegurar a fidedignidade e a tempestividade das informações utilizadas no RGR.

Diante do exposto, destaca-se abaixo as incongruências entre os dados aferidos pela OS e pela SUPEC:

Tabela 1 - Indicador 3.3 - Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio

NÚMERO ACUMULADO DE AÇÕES DO PROGRAMA CEAPA JUNTO ÀS REDES DE APOIO													
UPC'S	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ARAGUARI	24	28	22	30	15	21	22	28	20	19	5	5	239
BARBACENA	19	14	20	29	24	34	42	46	45	27	32	28	360
BELO HORIZONTE	56	93	102	82	96	83	92	69	102	77	58	20	930
BETIM	25	33	27	26	17	32	35	32	32	30	20	32	341
CONTAGEM	36	39	34	36	36	44	39	43	37	38	42	28	452
CURVELO	19	19	19	16	21	17	19	18	14	18	18	18	216
DIVINOPOLIS	20	18	11	14	20	18	11	18	32	18	18	13	211
GOVAL	25	24	26	25	24	25	24	24	24	24	24	24	293
IBIRITE	22	20	6	26	27	24	17	7	15	17	19	15	215
IPATINGA	12	27	19	31	30	34	31	34	41	36	31	34	360
JUIZ DE FORA	11	37	42	19	42	36	40	41	27	45	46	3	389
MONTES CLAROS	15	24	25	25	25	25	26	27	27	25	24	25	293
POUSO ALEGRE	0	0	0	0	18	20	11	18	25	21	18	24	0
R. DAS NEVES	22	21	31	26	45	30	32	27	41	31	27	13	346
SANTA LUZIA	21	39	10	19	17	18	15	13	7	10	4	13	186
SETE LAGOAS	19	19	18	21	24	18	24	24	18	18	18	8	229
UBERABA	18	24	25	24	31	20	26	22	25	18	23	33	289
UBERLÂNDIA	11	19	19	25	24	8	24	24	23	26	22	14	239
VARGINHA	17	21	20	19	18	18	20	17	9	25	19	18	221
VESPASIANO	14	13	15	17	18	18	15	19	13	19	16	18	195
TOTAL	406	532	491	510	572	543	565	551	577	542	484	386	6004

Em novembro de 2025, de acordo com a Tabela acima, foram identificadas divergências pontuais nos registros do município de Barbacena, com a indicação de 32 ações no compilado encaminhado pelo Instituto e 31 no compilado do Estado.

Ao longo deste PA, a partir da análise das planilhas da RISP 10 – Patos de Minas, foram identificadas inconsistências que afetaram diretamente o cálculo do Indicador 5.3. As falhas incluíram: *ausência de contabilização de convidados nas reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade (CMPC) devido à configuração inadequada da fórmula na aba de resultados; registros incompletos de participantes; duplicidade de entradas; presenças indevidas ou ausentes nas listas; e uso incorreto do campo “convidado” em meses específicos.* Tais inconsistências resultaram em subnotificações e **divergências entre registros operacionais, listas de presença e totais consolidados.**

A revisão detalhada permitiu a reconstrução precisa das informações, por meio da comparação entre quatro bases: registros fornecidos pela equipe, consolidados com erro, listas de presença e valores reais corrigidos. Com isso, foi possível identificar e documentar os desvios, consolidar corretamente os dados do 4º período avaliatório de 2025.

As planilhas operacionais utilizadas pelas equipes continham abas destinadas ao registro de ações executadas, incluindo:

- Articulação de Rede;
- Reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade (CMPC);
- Mobilização de Rede e Mobilização Social;
- Eixo Em Curso (formações);
- Cadastro de Rede e Cadastro de Membros da CMPC;
- Produtos e eventos entregues.

Essas abas alimentavam a aba de Resultados, responsável por consolidar mensalmente os dados, que, por sua vez, alimentava a aba de Indicadores. Para o ano de 2025, os indicadores relevantes eram:

- Indicador 5.1: Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo.
- Indicador 5.2: Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas.
- Indicador 5.3: Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de mobilização social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas.

Inconsistência estrutural: erro na fórmula da aba de resultados

Um erro na fórmula da aba de Resultados impedia que os números da aba de Reunião da CMPC fossem incorporados corretamente ao consolidado mensal. Como consequência, o Indicador 5.3 foi alimentado com números incompletos.

Inconsistência de preenchimento: reuniões da CMPC

Além do erro estrutural, foram identificadas inconsistências significativas no preenchimento manual da aba de Reunião da CMPC, que foram decisivas para distorções no Indicador 5.3. As referidas inconsistências incluíam:

- Ausência de nomes presentes nas listas de presença, mas não inseridos na planilha;
- Registros duplicados;

- Registros na planilha de pessoas que não constavam na lista de presença;
- Preenchimento incorreto da coluna “Convidado”, com registros de cargos em substituição às participações efetivamente realizadas.

Outras inconsistências identificadas na planilha de relatório

- Articulação de Rede: Em outubro, a aba de “Articulação de Rede” registrava 55 ações, porém apenas 54 foram contabilizadas na aba de “Resultados” porque uma das ações não teve o campo correspondente preenchido, impedindo sua extração automática pela fórmula. A ausência desse único registro na aba correta gerou a diferença de 1 ação entre o total operacional e o total consolidado, ocasionando a divergência identificada no cálculo final do indicador.
- Mobilização Social: Todos os dados estavam corretamente registrados e consolidados.
- Eixo Em Curso: Números de participantes corretos.

Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada – APEC

Conforme já apontado nos últimos Relatórios Mensais, reitera-se a necessidade de atenção às páginas 108 e 111 do 28º RM, sendo fundamentais as correções no RGR para exclusão dos seguintes parágrafos:

“No 28º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que compreende o período 01/10/2025 a 31/12/2025 obteve-se um total acumulado de • 15.391 • pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Serviço Apec. Considerando que a meta acumulada para o trimestre era de • 13.455 • pessoas, o Programa atingiu o objetivo estabelecido”. (28º RGR, p. 108)

“No 28º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que compreende o período 01/10/2025 a 31/12/2025 obteve-se um total acumulado de • 4.109 • pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Serviço Apec. Considerando que a meta acumulada para o trimestre era de • 3.216 • ações, o Programa atingiu o objetivo estabelecido.” (28º RGR, p. 111)

A justificativa para a realização das retificações é que **as plenárias da Comissão Municipal não se tratam de atividades previstas para o Serviço APEC.**

Programa Proteja Minas

Com relação aos dados do indicador 7.1 no 28º PA, foram identificadas divergências em relação às informações anteriormente apresentadas pela OS, especialmente no que se refere aos meses de outubro e novembro. No momento do envio do relatório pela equipe técnica, foram registrados 23 atendimentos individuais no mês de outubro e 16 atendimentos individuais no mês de novembro.

Entretanto, no retorno da planilha nos meses seguintes, em dezembro, verificou-se a alteração desses quantitativos, passando o mês de outubro a constar com 7 atendimentos individuais (nas planilhas de novembro e dezembro) e o mês de novembro com 15 atendimentos individuais (na planilha de dezembro).

Assim sendo, diante das informações apresentadas pelas Diretorias dos Programas de Prevenção à Criminalidade, esta Comissão de Monitoramento recomenda que a Organização Social adote mecanismos de auditoria interna destinados à verificação da consistência dos dados, à conferência das respectivas fontes comprobatórias e à adequada inserção das informações no sistema. Tal medida visa prevenir a ocorrência de novas divergências nos relatórios subsequentes.

5. DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

Memória de Cálculo A – Recurso Estadual

Contrato de Gestão nº 02/2019 - Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo
28º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades

Nº	Atividades	Previsto	Realizado	Realizado (/) Previsto
1	Área Meio	1.660.439,20	1.104.445,03	66,52%
2	Oficinas do Programa Fica Vivo!	7.481.450,00	5.934.193,95	79,32%
3	Capacitações da equipe contratada	180.000,00	361.347,40	200,75%
4	Deslocamento da equipe contratada	135.000,00	202.839,97	150,25%
5	Acompanhamento in loco da Supervisão no interior	70.000,00	102.208,90	146,01%
6	Projetos de Prevenção à Criminalidade	1.408.164,00	2.166.083,58	153,82%
7	Olimpíadas do Programa Fica Vivo!	-	-	-
8	Ações do Programa Selo Prevenção Minas	87.000,00	107.489,18	123,55%
9	Ações do Programa Se Liga	-	4.723,20	-
10	Emenda: Fóruns Multiterritoriais	-	-	-
11	Oficinas do Programa Mediação de Conflitos	1.396.500,00	885.885,71	63,44%
12	Emenda: Formação e Capacitação de Referências Comunitárias para Atuação Como Agentes de Segurança Cidadã	-	-	-
13	Emenda: Capacitação de Oficineiros no Programa Fica Vivo	-	-	-
14	Qualificação e empreendedorismo de adolescentes e jovens	90.000,00	9.240,35	10,27%
15	Emenda Parlamentar	-	170.597,61	-
16	Estruturação, Adequação e Conservação de UPCS e Sede Administrativa	90.000,00	58.439,32	64,93%
17	Bem estar social	-	-	-
18	Vales Sociais para os programas de prevenção	105.000,00	202.791,50	193,13%
19	Prevenção à saúde dos profissionais	75.200,00	86.029,24	114,40%
20	Gestão das UPCS - Manutenção, Reforma e Obras.	600.000,00	523.901,29	87,32%
21	Gestão das UPCS - Locação de imóveis, seguro imóveis, seguro fiança, condomínio, energia elétrica, IPTU, água, telefonia, internet, reprografia, taxas e impostos de fiscalização e funcionamento, AVCB, incêndio, etc.	1.500.000,00	928.949,51	61,93%
22	Gestão das UPCS - Contratação de serviços de limpeza de caixas d'água, telhados, calhas etc. Serviços elétricos, hidráulicos, vidraçaria, marcenaria, chaveiro, extintor de incêndio, capina, dedetização, carretos/mudanças, etc.	300.000,00	5.621,97	1,87%
23	Gestão das UPCS - Aquisição de material de consumo, material de escritório, material de limpeza, material de informática, galões de água mineral, descartáveis, etc.	459.000,00	324.678,97	70,74%
24	Gestão das UPCS - Serviços de instalação manutenção de equipamentos de informática, eletroeletrônicos e eletrodomésticos, etc.	15.000,00	1.918,72	12,79%
25	Gestão das UPCS - Serviços de construção, plotagem, manutenção, instalação e limpeza de placas de identificação das UPCS.	4.800,00	19.040,99	396,69%
26	Gestão das UPCS - Despesas com Veículos (IPVA, Seguro, Impostos, Manutenção, Combustível, etc).	534.200,00	632.599,97	118,42%
27	Gestão das UPCS - Despesas de pronto pagamento.	225.000,00	151.771,15	67,45%
28	Pesquisa de Impacto dos Programas da Política de Prevenção à Criminalidade.	-	-	-
Total		16.416.753,20	13.984.797,51	85,19%

Destinação dos Gastos de Pessoal		
Destinação	%	Valor
Área Meio	12,59%	4.706.692,07
Área Fim	87,41%	32.677.677,05

Destinação dos Gastos Gerais e de Pessoal	
Destinação	Valor
Área Meio	5.811.137,10
Área Fim	45.588.029,53

Contrato de Gestão nº 02/2019 - Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

28º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 1 - Resumo das Movimentações Financeiras no Período em Regime de Caixa

	jan/25	fev/25	mar/25	abr/25	mai/25	jun/25	jul/25	ago/25	set/25	out/25	nov/25	dez/25
(T) Transporte de Saldo Financeiro Anterior	17.224.990,68	13.450.130,44	9.256.828,48	5.942.167,51	13.167.091,07	9.677.891,02	18.703.363,98	14.535.739,10	23.662.237,82	19.534.855,75	15.344.585,40	10.392.269,26
(E) Total de Entradas de Recursos	154.934,49	111.674,49	415.809,81	11.268.987,48	528.755,32	13.068.550,15	204.886,57	13.158.773,54	262.920,63	209.586,88	131.767,80	12.732.386,94
(S) Total de Saídas de Recursos	3.929.794,73	4.304.976,45	3.730.470,78	4.044.063,92	4.017.955,37	4.043.077,19	4.372.511,45	4.032.274,82	4.390.302,70	4.399.857,23	5.084.083,94	5.499.059,36
(SF) Saldo Financeiro Apurado (T+E-S)	13.450.130,44	9.256.828,48	5.942.167,51	13.167.091,07	9.677.891,02	18.703.363,98	14.535.739,10	23.662.237,82	19.534.855,75	15.344.585,40	10.392.269,26	17.625.596,84

Distribuição Gerencial dos Recursos	
(PP) Provisonamentos de Pessoal	6.016.770,45
(C) Recursos Comprometidos	5.056.928,96
(AR) Adiantamento de Recursos de Repasse Anterior:	-
(SR) Saldo Remanescente (SF-PP-C-AR)	6.551.897,43
(SF) Saldo Financeiro (Somatório)	17.625.596,84

Composição do Saldo Financeiro (SF)	
Saldo Extrato C/C	120,00
Saldo Extrato CI 1	17.625.476,84
Saldo Extrato CI 2	-
Saldo Fundo Fixo	-
(SF) (=) Saldo Financeiro	17.625.596,84

Movimentação da Reserva de Recursos	
Transporte de Saldo	7.090.204,90
Transferência para Reserva	1.832.751,27
Rendimentos Fin da Reserva	1.122.682,06
Gastos da Reserva	85.051,15
Saldo	9.960.587,08

(G) CONFERENCIA (Saldo Existente - Apurado)

-

Contrato de Gestão nº 02/2019 - Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

28º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência

	jan/25	fev/25	mar/25	abr/25	mai/25	jun/25	jul/25	ago/25	set/25	out/25	nov/25	dez/25	TOTAL
Previsto													
1 Entrada de Recursos													
1.1 Repasses	11.525.665,95	-	-	12.908.219,43	-	-	13.002.957,70	-	-	12.598.856,84	-	-	50.035.699,92
1.2 Rendimentos Fin.	154.934,49	111.674,49	67.374,87	91.739,82	124.381,83	160.330,66	204.886,45	155.235,79	260.920,53	209.583,40	131.758,90	133.394,65	1.806.195,88
1.3 Receitas Arrecadadas													
1.3.1 Receitas Arrecadadas Previstas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.3.2 Rendimentos Fin. c/ Destinação Específica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.3.3 Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal Receitas:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(E) Total de Entradas:	11.680.600,44	111.674,49	67.374,87	12.999.959,25	124.381,83	160.330,66	13.207.844,15	155.235,79	260.920,53	209.583,40	131.758,90	133.394,65	51.841.895,80
2 Saída de Recursos													
2.1 Gastos com Pessoal													
2.1.1 Salários	2.043.383,15	2.043.383,15	2.043.302,47	1.993.256,86	2.034.821,38	2.034.821,38	2.034.821,38	2.034.821,38	2.039.754,70	2.170.706,92	2.234.337,62	2.239.865,27	24.826.875,66
2.1.2 Estagiários	125.630,00	125.630,00	125.630,00	125.630,00	125.630,00	125.630,00	125.630,00	125.630,00	125.630,00	91.800,00	-	-	1.222.470,00
2.1.3 Encargos	606.474,27	606.474,27	606.474,27	590.351,27	597.800,31	597.800,31	597.800,31	597.800,31	606.211,34	1.213.238,94	653.571,90	656.364,67	7.930.162,17
2.1.4 Benefícios	573.372,74	573.372,74	573.372,74	559.650,83	566.736,92	566.736,92	566.736,92	566.736,92	574.796,70	686.639,53	711.235,59	712.234,83	7.231.603,38
Subtotal (Pessoal):	3.348.660,16	3.348.660,16	3.348.779,48	3.268.888,96	3.304.988,61	3.304.988,61	3.304.988,61	3.304.988,61	3.346.392,74	4.162.385,39	3.579.345,11	3.588.244,77	41.211.111,21
2.2 Gastos Gerais	1.237.481,20	1.050.631,20	838.201,20	1.539.151,20	821.451,20	1.131.651,20	1.040.151,20	805.151,20	971.501,20	2.377.943,20	1.158.443,20	1.592.034,40	14.563.791,60
2.3 Aquisição de Bens Permanentes	-	-	-	285.480,00	-	-	-	-	231.780,00	301.200,00	-	-	818.460,00
2.4 Transferência para Reserva	154.934,49	111.674,49	67.374,87	91.739,82	124.381,83	160.330,66	204.886,45	155.235,79	260.920,53	209.583,40	131.758,90	-	1.672.801,23
(S) Total de Saídas:	4.741.075,85	4.510.965,85	4.254.355,55	5.185.258,98	4.250.821,64	4.596.970,47	4.550.928,28	4.265.355,60	4.830.594,47	7.051.111,99	4.869.347,21	5.180.279,17	58.266.164,04
Realizado													
1 Entrada de Recursos													
1.1 Repasses	11.525.665,95	-	-	12.908.219,43	-	-	13.002.957,70	-	-	12.598.856,84	-	-	50.035.699,92
1.2 Rendimentos Fin.	154.934,49	111.674,49	67.374,87	91.739,82	124.381,83	160.330,66	204.886,57	155.235,84	260.920,63	209.586,88	131.767,80	133.530,10	1.806.343,98
1.3 Receitas Arrecadadas													
1.3.1 Receitas Arrecadadas Previstas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.3.2 Rendimentos Fin. c/ Destinação Específica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.3.3 Outras Receitas	-	-	0,86	615,79	403.773,49	0,06	600,00	-	2.000,00	-	-	-	406.990,20
Subtotal Receitas:	-	-	0,86	615,79	403.773,49	0,06	600,00	-	2.000,00	-	-	-	406.990,20
(E) Total de Entradas:	11.680.600,44	111.674,49	67.375,73	13.000.575,04	528.155,32	160.330,72	13.208.444,27	155.235,84	262.920,63	209.586,88	131.767,80	133.530,10	52.249.034,10
2 Saída de Recursos													
2.1 Gastos com Pessoal													
2.1.1 Salários	1.632.561,60	1.659.780,43	1.738.378,05	1.732.223,08	1.762.976,49	1.770.656,63	1.681.838,46	1.727.493,24	1.696.379,96	1.727.222,84	1.763.536,50	2.033.538,49	20.926.545,77
2.1.2 Estagiários	86.993,04	81.811,93	82.371,90	75.070,41	79.304,38	89.463,58	91.347,65	88.153,78	87.424,95	96.664,88	-	-	858.606,50
2.1.3 Encargos	594.916,55	538.331,27	554.763,92	551.184,75	975.023,13	581.722,46	568.708,99	593.076,57	594.442,12	1.211.900,72	645.055,92	656.224,17	8.065.350,57
2.1.4 Benefícios	256.085,05	596.794,44	589.173,43	636.978,88	656.073,23	658.463,62	667.152,98	664.987,44	692.086,23	705.808,04	704.459,48	725.803,47	7.533.866,29
Subtotal (Pessoal):	2.570.556,24	2.876.718,07	2.964.687,30	2.975.457,12	3.473.377,23	3.100.306,29	3.009.048,08	3.073.711,03	3.070.333,26	3.741.596,48	3.113.031,90	3.415.546,13	37.384.369,13
2.2 Gastos Gerais	924.905,03	944.634,07	806.935,14	954.375,82	1.137.156,32	849.503,95	1.087.935,12	996.901,43	1.002.116,10	903.387,69	1.128.692,37	3.255.127,93	13.991.648,97
2.3 Aquisição de Bens Permanentes	63.369,17	119.730,50	27.015,60	450,00	71.659,09	46.154,47	11.308,82	12.551,46	18.157,57	37.739,38	15.946,21	247.294,47	671.376,54
2.4 Transferência para Reserva	154.934,49	111.674,49	67.374,87	91.739,82	124.381,83	160.330,66	204.886,45	155.235,79	260.920,53	209.583,40	131.758,90	-	1.672.801,23
(S) Total de Saídas:	3.713.764,93	4.052.737,13	3.866.012,91	4.022.022,76	4.806.574,47	4.156.293,37	4.313.178,47	4.238.379,71	4.351.527,46	4.892.306,75	4.389.429,38	6.917.968,53	53.720.195,87

Realizado (f) Previsto	Previsto (-) Realizado
100,00%	-
100,07%	(148,30)
-	-
-	-
-	(406.990,20)
-	(406.990,20)
100,79%	(407.138,30)
Realizado (f) Previsto	Previsto (-) Realizado
84,29%	3.900.329,89
70,24%	363.863,50
101,70%	(135.388,40)
104,18%	(302.262,91)
90,71%	3.826.742,08
96,07%	572.142,63
82,03%	147.083,46
100,00%	-
92,20%	4.545.968,17

6.1. Análise das receitas e despesas do período

Os Relatórios Gerenciais Financeiros (RGF) foram encaminhados pelo Instituto Elo por e-mail em 09/01/2026. Adicionalmente, os extratos e demonstrativos das contas bancárias vinculadas ao Contrato de Gestão nº 02/2019 foram analisados pelo representante da unidade financeira e apresentaram conformidade com os saldos informados nos RGFs.

No 28º período avaliatório, do total de saídas previstas na Memória de Cálculo A (recurso estadual), foi executado 92,20% do valor previsto. Em relação à Memória de Cálculo B (recursos provenientes do Convênio APEC), a execução do recurso será iniciada no início de 2026, haja vista depender de decisões afetas ao Poder Judiciário no que tange a implantação do Serviço APEC.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão nº 02/2019 considera que cumpriu as suas atribuições de acompanhamento da execução do instrumento jurídico, bem como a verificação do cumprimento da legislação vigente, **nos limites de suas competências preconizadas pelo Decreto Estadual nº 47.553/2018 e Lei Estadual nº 23.081/2018**. Ademais, informa que vem qualificando cada vez mais suas práticas e procedimentos de monitoramento, contando sempre com o apoio dos servidores da SEJUSP, dos funcionários da OS Instituto Elo, e precipuamente das diretorias e coordenações dos programas de prevenção social à criminalidade da Supec.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

Assessoria de Gestão de Unidades de Prevenção à Criminalidade e de Parcerias

Relatório da Comissão de Monitoramento - SEJUSP/AGUP

Belo Horizonte, 19 de fevereiro de 2026.

DECLARAÇÃO DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO DO CONTRATO DE GESTÃO 002/2019

Declaramos ter realizado os procedimentos de monitoramento e fiscalização do Contrato de Gestão 002/2019, celebrado entre a Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade (Supec) da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) e a Organização Social Instituto Elo, bem como supervisionado as ações realizadas pelo Instituto Elo no 28º período avaliatório e realizado a conferência documental, tais como: os dados apresentados no Relatório Gerencial de Resultados (RGR) e no Relatório Gerencial Financeiro (RGF); os indicadores e os produtos; os valores comprometidos e a adequação das despesas ao objeto do Contrato de Gestão 002/2019, conforme demonstrado no Relatório Gerencial Financeiro apresentado pelo Instituto Elo.

Esclarecemos ainda, que o procedimento da checagem amostral periódica, ou seja, a observância dos regulamentos próprios que disciplinam os procedimentos que deverão ser adotados para a contratação de obras, serviços, pessoal, compras e de concessão de diárias e procedimentos de reembolso de despesas, conforme disposto na legislação pertinente, encontra-se em finalização, conforme justificativa apresentada no Relatório de Monitoramento, e será apresentado até a data da reunião da Comissão de Avaliação.

Assim sendo, ratificamos e atestamos a fidedignidade das informações produzidas pela Comissão de Monitoramento, com o apoio e colaboração das diretorias e coordenações dos programas que compõem a Política de Prevenção Social à Criminalidade e exaradas no respectivo Relatório de Monitoramento (133473389).

Gleysiane Freire Diniz

Supervisora do Contrato de Gestão nº 002/2019

Renata Lima Ferreira

Supervisora Adjunta do Contrato de Gestão nº 002/2019

Gabriele Cristina Santana Alves

Representante da Unidade Financeira do OEP

Camilla Luiza de Alvarenga
Representante da Unidade Jurídica

Cícera Maia

Membro da Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão nº 002/2019

Fanymar de Assis Luziano

Membro da Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão nº 002/2019



Documento assinado eletronicamente por **Gleysiane Freire Diniz, Assessora-Chefe**, em 19/02/2026, às 12:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Lima Ferreira, Servidor(a) Público(a)**, em 19/02/2026, às 12:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cícera Maia, Servidora**, em 19/02/2026, às 13:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriele Cristina Santana Alves, Servidor (a) Público (a)**, em 19/02/2026, às 13:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camilla Luiza de Alvarenga, Assessor(a) Jurídico(a)**, em 19/02/2026, às 13:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fanymar de Assis Luziano, Diretor**, em 19/02/2026, às 15:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **133473694** e o código CRC **7C53DA48**.